



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS- CCSO
CURSO DE TURISMO

RAIMUNDA ROCHA REIS

SUSTENTABILIDADE E TURISMO: um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas – MA

SÃO LUÍS

2018

RAIMUNDA ROCHA REIS

SUSTENTABILIDADE E TURISMO: um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Turismo.

Orientadora: Prof. Dr.^a Rosélis de Jesus Barbosa Câmara.

SÃO LUÍS

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Reis, Raimunda Rocha.

Sustentabilidade e turismo : um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas MA / Raimunda Rocha Reis. - 2018.

78 p.

Orientador(a): Rosélis de Jesus Barbosa Câmara.

Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2018.

1. Barreirinhas. 2. Empreendimentos hoteleiros. 3. Geração de Valor. 4. Sustentabilidade. 5. Turismo. I. Câmara, Rosélis de Jesus Barbosa. II. Título.

RAIMUNDA ROCHA REIS

SUSTENTABILIDADE E TURISMO: um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Bacharelado em Turismo.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Rosélis de Jesus Barbosa Câmara

Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA

Prof. Dr. Anderson Lourenço Miranda

Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA

Prof^a. Dr.^a Rozuila Neves Lima

Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA

AGRADECIMENTOS

As palavras possibilitam a expressão, entretanto, não demonstram a intensidade da minha emoção e do meu sentimento de gratidão. E são tantos agradecimentos. Os que citarei aqui não se limitarão, pois transbordo em sentimento e sou feliz por toda a caminhada, que me possibilitou essa vitória.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois é a força que me impulsiona antes do nada. Agradeço a minha família: meus pais e meus irmãos, especialmente, pois são minha base e minha maior motivação; sou e existo em virtude deles. Portanto, são a razão da minha vida. Minha gratidão eterna a eles, meus amores: ao Pedro, meu pai; à Maria, minha mãe; à Rosana, Ronaldo e Rosilene, meus irmãos.

Agradeço aos amigos, amigas e colegas que a academia de ensino me proporcionou ou que compartilharam comigo a caminhada por um tempo, por um período ou por um momento. Muito obrigada a todo(a)s pela partilha de aprendizado e crescimento. De maneira especial, agradeço à Izenilde, Deusilene e Fernanda Rodrigues.

Agradeço aos amigos e amigas que a Ufma me proporcionou por meio da residência estudantil. Agradeço à Lorena, à Tatiana, à Deuzilene, à Joyce, à Hortência, à Ana Vitória e a tantos outros que me ensinaram por meio da convivência o valor da amizade, do respeito às diferenças e do engajamento.

Agradeço aos meus parentes, aos amigos, amigas e colegas de Barreirinhas, minha cidade natal e querida. Agradeço em especial à Gisele pelo apoio no momento da pesquisa, aos meus tios e primos pela ajuda, aos empreendimentos que me receberam em seu ambiente e se dispuseram a contribuir com o estudo, e a todas as pessoas que torcem por mim e pelo meu trabalho.

Agradeço de maneira grandiosa e espetacular aos meus professores. Vós fostes o fundamento da minha caminhada e eu sou grata de maneira especial a cada um pelo esforço e dedicação em proporcionar o conhecimento e o aprendizado necessários a nossa formação e ao nosso crescimento profissional e também pessoal. Agradeço por essa importante participação em minha vida, que se constitui a base para meu desenvolvimento profissional. Agradeço à professora e doutora Rosélis Câmara pela orientação concedida no desempenho desta pesquisa; muito obrigada pela excelência na condução; és uma profissional e pessoa admirável; ser-te-ei sempre grata pelo apoio e conhecimento concedidos. Agradeço ao professor e doutor Anderson Miranda pelo apoio e conhecimento concedidos; és um profissional e pessoa espetacular; ser-te-ei sempre grata. Agradeço à professora e doutora

Rozuila Lima pelo apoio e presteza durante a graduação; muito obrigada pelo ensino, apoio e pela motivação em importantes momentos. Agradeço à professora e mestra Graça Reis; muito obrigada pelo apoio e conhecimento compartilhado. Agradeço de maneira sublime a todos os demais professores (Luiz Antônio, Mônica Araújo, Saulo Ribeiro, Linda Rodrigues, Davi Andrade...); ratifico a importância que tiveram para a minha vida e que continuarão tendo por meio do ensino exercido nesta etapa primordial e por todo o apoio a mim concedido. Meus eternos agradecimentos e minha imensa consideração!

RESUMO

A presente pesquisa é baseada na área de Sustentabilidade e Turismo, a qual apresenta uma perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos de hospedagem na cidade de Barreirinhas - MA. O objetivo é demonstrar como a perspectiva socioambiental gera valor a esses empreendimentos da cidade e, nesse propósito, buscou-se descrever o contexto socioambiental desses empreendimentos e verificar sua influência nos mesmos. Para o estudo, foi utilizado a método de pesquisa de campo, com caráter exploratório e abordagem quali-quantitativa. Assim, verificou-se que os empreendimentos de hospedagem na cidade apresentam importantes aspectos socioambientais, entretanto, ainda não foi atingido o nível desejado de sustentabilidade, portanto, existe a necessidade de uma melhor atuação por parte dos outros agentes junto a essa questão. Finalmente, concluiu-se que a perspectiva socioambiental é importante para os empreendimentos de hospedagem da cidade e, assim, do destino, uma vez que influencia fatores relevantes, como a preservação dos atrativos turísticos e dos recursos naturais, o relacionamento com os *stakeholders*, a redução de custos e a oportunidade de captação de demanda por nichos. Neste sentido, propõe-se dar uma maior atenção aos aspectos socioambientais da atividade turística com intuito de fomentar maior geração de valor, assim como promover sustentabilidade no desenvolvimento da atividade no destino.

Palavras-chave: Barreirinhas. Empreendimentos hoteleiros. Geração de valor. Turismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The research is based on Sustainability and Tourism area, which presents a socio-environmental perspective as a strategy to generate value in lodging enterprises in Barreirinhas city - MA (Maranhão State). The aim is to demonstrate how the socio-environmental perspective generates value for the city's enterprises and, in this purpose, this research looked for to describe the socio-environmental context of these enterprises and to verify their influence on them. For this study was used the field research method, with exploratory character and qualitative-quantitative approach. In addition, it was verified that the lodging enterprises in the city present important socio-environmental aspects. However, the desired level of sustainability has not yet been reached. Therefore, there is a need for a better performance by other agents on this issue. Finally, it was concluded that the socio-environmental perspective is important for the city's hosting enterprises, and hence for destination, since it influences relevant factors such as the preservation of tourism attractions and natural resources, the relationship with stakeholders, the cost reduction and the opportunity to capture demand by niches. In this sense, it is proposed to give special attention to socio-environmental aspects of tourist activity in order to foster greater value generation, as well as promote sustainability in development of the activity destination's.

Keywords: Barreirinhas. Hotel Accommodations. Value generation. Sustainability. Tourism.

.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA - Área de Proteção Ambiental

BST – Barômetro de Sustentabilidade do Turismo

BRAZTOA - Associação Brasileira de Operadoras de Turismo

CADASTUR - Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas do Turismo Brasileiro

CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Brasil

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FJP - Fundação João Pinheiro

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTUR - Ministério do Turismo Brasileiro

OMT - Organização Mundial do Turismo

PARNA – Parque Nacional

Plano Maior - Plano de Desenvolvimento do Turismo no Maranhão

PNLM - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

PNT - Política Nacional de Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prodetur- Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SISTUR - Sistema de Turismo

SNUC - Sistema de Unidades de Conservação

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNWTO – World Tourism Organization

WEF - Fórum Econômico Mundial

ZA - Zona de Amortecimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Regiões turísticas do Maranhão	p. 34
Quadro 2 –	Escala de performance da sustentabilidade	p. 55
Quadro 3 –	Quadro 3 – Indicadores de sustentabilidade do Turismo	p. 57
Quadro 4 –	Quadro 4 – Metodologia de avaliação dos indicadores	p. 58
Quadro 5 –	Quadro 5 – Metodologia de avaliação das dimensões ambiental e social	p. 58
Quadro 6 –	Aspectos dos indicadores de sustentabilidade ambiental	p. 61
Quadro 7 -	Aspectos dos indicadores de sustentabilidade social	p. 62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 TURISMO E SUSTENTABILIDADE	17
3.2 A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE VALOR EM MEIOS DE HOSPEDAGEM.....	21
4 O CONTEXTO DO TURISMO E DA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL.....	26
4.1 A REGIÃO NORDESTE	31
4.2 O MARANHÃO.....	33
5 O CAMPO DA PESQUISA: A REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES E O FENÔMENO DO TURISMO	38
5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	40
5.2 O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA: BARREIRINHAS E O FENÔMENO DO TURISMO NA CIDADE	47
6 A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS DE HOSPEDAGEM NA CIDADE DE BARREIRINHAS	54
6.1 AS DIMENSÕES AMBIENTAL E SOCIAL.....	56
6.2 RESULTADOS	59
7 CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE - Questionário de pesquisa	76

1 INTRODUÇÃO

O turismo apresenta-se como uma das atividades mundiais de maior movimentação econômica, tornando-se um dos principais setores da economia global em geração de emprego e renda, e atração de investimentos, sendo, assim, igual ou superior ao setor de produtos alimentícios, de automóveis ou exportações de petróleo quanto ao volume de negócios gerados, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT *apud* BRASIL, 2018, p.22). Em função disso, a atividade pode se tornar um fator pertinente de desenvolvimento econômico e social de uma localidade, proporcionando, nesse viés, aspectos positivos ao destino. Por outro lado, a atividade pode gerar impactos negativos relacionados ao uso dos recursos e atrativos naturais, além de maximizar problemas sociais, se não for desenvolvida de maneira sustentável, conforme se têm descrito estudos a respeito.

A região dos Lençóis Maranhenses, por sua vez, apresenta-se como um relevante destino de turismo natural onde a atividade tem se desenvolvido enquanto fenômeno por meio de seu notável atrativo, que é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Nesse contexto, Barreirinhas apresenta-se como um município de destaque, constituindo-se como um local de apoio ao turismo e à visitação da região por meio da disponibilização e do desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de apoio à atividade. Mediante isso, verifica-se a importância da sustentabilidade turística para a cidade, pois, compreende-se a conjugação dos fatores econômicos, ambientais e sociais na localidade.

A partir dessa perspectiva, os meios de hospedagem assumem significativo papel enquanto prestadores de serviços turísticos na cidade, fornecendo um serviço essencial para o desempenho do turismo na região. Considerando a relevância desses empreendimentos para a oferta e para os produtos turísticos, busca-se compreender a sustentabilidade nessas organizações a partir de sua perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor, por meio do seguinte questionamento: Como essa perspectiva configura-se como estratégia de geração de valor nesses empreendimentos? Para responder essa questão, propõe-se a descrever o contexto socioambiental desses empreendimentos e verificar sua influência na atuação dos mesmos, com vistas a demonstrar como a perspectiva socioambiental gera valor a esses empreendimentos da cidade.

Para tanto, a pesquisa organizou-se da seguinte forma: introdução, em que se faz a apresentação do estudo; metodologia em que se descrevem os procedimentos, as técnicas, as fontes e as abordagens utilizadas no estudo; o referencial teórico em que se abordam os conceitos e as relações utilizadas na pesquisa; o contexto do turismo e da sustentabilidade no

Brasil, em que discorre sobre o país, a região Nordeste e o Maranhão; a descrição do campo da pesquisa em que se apresenta a região dos Lençóis Maranhenses e o local do estudo; o relato do objeto da pesquisa, em que se demonstra a perspectiva socioambiental dos empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas, demonstrando, nesse sentido, os resultados obtidos; e a conclusão, em que se ratifica e se dispõe acerca das contribuições do estudo.

O estudo apresenta, assim, um caráter original, pois, não se encontra ainda pesquisas com esta abordagem temática no meio acadêmico e se demonstra relevante para o setor de turismo, atividade, acadêmicos, profissionais e agentes em geral, uma vez que proporcionará conhecimento e informações essenciais para a área, que, por sua vez, contribuirão para o melhor desempenho da atividade na cidade e na região.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que de acordo com Prodanov & Freitas (2013, p. 59):

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

Assim, por tratar-se de demonstrar a importância da perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor para os empreendimentos de hospedagem na cidade de Barreirinhas, utilizou-se desse tipo de procedimento para o desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória que, de acordo com Prodanov & Freitas (2013), é o estudo que se desenvolve por meio de fixação de objetivos, formulação de hipóteses ou um novo tipo de enfoque ao assunto. E quanto à abordagem, o estudo classificou-se como qualitativo e quantitativo, ou quali-quantitativo, por apresentar um tratamento avaliativo e de descrição analítica.

Nesse sentido, foi realizado, inicialmente um levantamento bibliográfico e documental com vistas à compreensão do assunto e da realidade do local estudado. Para isso, utilizou-se de fontes acadêmicas, técnicas e científicas, com produções buscadas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Brasil - CAPES, em revistas científicas, anais acadêmicos e a partir de autores da área de turismo e correlatas. Cabe, nessa questão, citar o desafio que se apresentou quanto a encontrar livros recentes de turismo referente ao tema tratado, por outro lado, foi muito importante a contribuição de artigos e revistas científicas, assim como do portal da CAPES para a construção do conteúdo. Além de produções bibliográficas, utilizou-se também fontes documentais, como leis e planos, para a abordagem teórica e prática do tema e da contextualização do objeto estudado, que se refere ao conjunto dos empreendimentos hoteleiros da cidade de Barreirinhas – MA.

A escolha da amostra deu-se a partir de mapeamento feito no sistema de ordenação, formalização e legalização de prestadores de serviços turísticos no Brasil, que é o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas – CADASTUR – onde encontrou-se a quantidade de empreendimentos de hospedagem que atuam na cidade de Barreirinhas e, assim, definiu-se uma porcentagem de 51% do então universo para coleta dos dados. A técnica utilizada para a coleta foi o questionário de perguntas fechadas e abertas, o qual encontra-se no Apêndice do trabalho, além da observação *in loco*. Para tratamento e demonstração dos dados e

informações, utilizou-se de gráficos, tabelas, representações numéricas e do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo – BST, sendo esta a ferramenta utilizada quanto à descrição e avaliação dos aspectos ambientais e sociais nos empreendimentos.

Além da importância desta ferramenta, analisou-se a mesma como a mais adequada para os objetivos do estudo, os quais se propõem a descrever o contexto socioambiental dos empreendimentos de hospedagem na cidade e verificar a influência dessas dimensões com o objetivo geral de demonstrar como essa perspectiva gera valor a esses empreendimentos. Considera-se a relevância da avaliação para compreensão do quadro dos empreendimentos quanto à sustentabilidade e, assim, ter-se base para tomadas de decisão, tanto relativas ao setor de hospedagem diretamente, quanto a políticas da atividade no destino.

Como já mencionando, utilizou-se como instrumento de coleta dos dados um questionário com perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas foram elaboradas visando identificar-se a influência dos aspectos socioambientais na geração de valor dos empreendimentos e as questões fechadas foram elaboradas visando-se a descrição do contexto socioambiental, estabelecendo-se, para isso, um conjunto de ações, práticas e serviços frente aos aspectos de indicadores sustentáveis nos estabelecimentos.

O conjunto dessas práticas, ações e programas foi composto seguindo referências da ferramenta BST; de orientações do MTUR (2016), a partir do guia de Turismo de Sustentabilidade direcionado para prestadores de serviços turísticos; e de orientações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, (SEBRAE, 2012) a partir do guia sobre implementação da norma 15401 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, que estabelece requisitos mínimos para a sustentabilidade nos meios de hospedagem; e de adequações ao contexto dos empreendimentos do estudo. Nesse sentido, foram avaliados um total de 53 aspectos correspondentes às esferas ambiental e social do empreendimento. Tais aspectos corresponderam a questões desde tratamento de esgoto (para avaliar o indicador quanto ao uso dos recursos naturais) até planos de cargos e carreiras dos colaboradores (para verificar o indicador da equidade social no empreendimento), por exemplo.

Para efeito da pesquisa, o *locus*, como já apontado, correspondeu à cidade de Barreirinhas, uma vez que a cidade aglomera infraestrutura e serviços turísticos notáveis, referentes ao turismo da região e, nesse sentido, denota importância para o município e para a região. Para aplicação do instrumento de pesquisa, fez-se um mapeamento, a partir do CADASTUR, quanto aos meios de hospedagem que atuam na no município.

Com base no sistema¹, identificou-se uma quantidade de 43 meios de hospedagem atuando no município; estes estabelecimentos dividem-se entre a área urbana da cidade (bairros e alguns povoados agregados) e a área dita rural do município, especialmente, o povoado de Atins – um local que tem se destacado quanto ao fenômeno do turismo em função de suas praias belas, rusticidade e localização estratégica, próxima a dunas e lagoas do parque Lençóis e da foz do Rio Preguiças, além de Mandacaru e praia do Caburé. Entretanto, para local de coleta dos dados, escolheu-se a cidade de Barreirinhas, que corresponde à área urbana do município, por se tratar de um espaço importante de serviços turísticos na região. Quanto a esse espaço, identificou-se um total de 29 empreendimentos de hospedagem, dos quais utilizou-se a quantidade de 15 para coleta dos dados, que aconteceu no período de 07 a 12 de novembro de 2018, correspondendo a uma amostra de 51% do universo da pesquisa. Assim, foram entrevistados: 02 proprietários; 07 gerentes; 01 chefe de recepção e 05 recepcionistas no âmbito dos empreendimentos pesquisados.

Nesse processo de coleta de dados, importa mencionar as limitações que a pesquisa pode sofrer quanto à possibilidade de expressão inexata de algumas respostas frente à realidade do objeto estudado e também as dificuldades do estudo perante o receio de alguns agentes em receber o exercício da pesquisa. Por outro lado, considerou-se bastante positiva a receptividade da maioria e a compreensão louvável quanto à contribuição que o estudo pode proporcionar para a melhoria do turismo na cidade.

¹ Acesso feito em 30 de outubro de 2018.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção desenvolve um aporte conceitual e histórico a respeito da sustentabilidade, sua relação com o turismo e com os meios de hospedagem. Busca-se, nesse sentido, embasar os termos principais da pesquisa e possibilitar a compreensão do desenvolvimento do estudo e dos resultados a se alcançar. Portanto, para iniciar esta abordagem, apresenta-se a relação entre turismo e sustentabilidade.

3.1 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A análise de Feil e Schreiber (2017) sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável expõe que o progresso da civilização ocidental teve seu auge entre os anos 1750 e 1900, havendo nesse período a consolidação do progresso com a ciência, em que se identificou o domínio da natureza pela mesma e culminando, posteriormente, no evento da Revolução Industrial. Entretanto, em 1798, começaram a aparecer diversos aspectos negativos oriundos desse processo, como o desemprego, a pobreza e as doenças.

Nesse contexto, é que começa a se desenvolver a perspectiva da sustentabilidade. Os referidos autores citam que “[...] as diversas discussões atreladas aos termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ocorreram visando à obtenção do bem-estar humano em longo prazo por meio da gestão do sistema ambiental humano” (FEIL e SCHREIBER, 2017, p. 668).

Na mesma perspectiva, os autores Bacha; Santos; Schaun (2010, p. 1) em artigo que discute as considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade dispõem que:

O tema sustentabilidade tem apresentado crescente interesse entre pesquisadores acadêmicos. Sua importância se deve principalmente à atenção despertada face às mudanças climáticas causadas pela ação predatória do homem no meio ambiente causando uma emergência planetária. Finalmente se reconhece o preço de fatores como o meio ambiente, o impacto sobre as comunidades e a longevidade dos funcionários, o que pode significar uma visão mais ampla de sustentar a lucratividade da empresa ao longo do tempo.

Percebe-se que a sustentabilidade parte de uma abordagem ambiental e social em direção aos contextos dessa relação em que o aspecto econômico demonstra-se como principal. Nesse sentido, a má qualidade ou insuficiência do ambiente natural e do meio social impacta diretamente o desempenho do fator econômico que, portanto, encontra-se condicionando a essas perspectivas.

A partir da problemática apresentada em função do gerenciamento inadequado dos recursos ambientais e da ignorância quanto à importância dos aspectos sociais para o

desenvolvimento econômico e a qualidade de vida no planeta, volta-se a atenção para o estudo da situação com foco inicialmente nas questões ambientais. Assim, tais autores dispõem ainda:

Os primeiros estudos teóricos sobre a sustentabilidade iniciaram-se no campo das ciências ambientais e ecológicas, trazendo à discussão contribuições de diferentes disciplinas, tais como Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito. No entanto, a questão da sustentabilidade ambiental passou a ocupar lugar de importância no debate acadêmico e político, sobretudo a partir do final dos anos 1960, porém, as duas últimas décadas testemunharam a emergência do discurso da sustentabilidade como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo (BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010, p. 5).

O período mencionado da descrição relaciona-se também ao contexto em que se intensifica a busca por atividades de lazer por meio do turismo. Nesse viés, compreende-se a relação da temática sustentável à atividade, que se desenvolveu, dentre outros aspectos, como forma de melhoria da qualidade de vida afetada pelo *stress* do ritmo acentuado do trabalho e do cenário urbano. Nesse sentido, Ruschmann (2010, p. 13 cita):

Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo.

Nesse sentido, Almeida e Abranja (2009, p. 23), abordando sobre Sustentabilidade e Turismo, afirmam também nessa perspectiva que “[...] a sustentabilidade tem sido um conceito de crescente preocupação, principalmente a partir da segunda metade do século XX, período que coincide com o crescimento acentuado da actividade turística.”.

A autora Ruschmann (2010) destaca que nos anos de 1950 a 1970, o turismo identificou-se por uma massificação do segmento, motivado por fatores como os voos *charters*² e os “pacotes turísticos” que possibilitaram o deslocamento massivo de pessoas, tanto para as mais diversas regiões do planeta quanto internamente nos países. Diante disso, Ruschmann, (2010, p. 15) enfatiza que nos anos 80:

A prosperidade econômica dos países desenvolvidos fez com que a grande maioria da sua população usufrísse de férias pelo menos duas vezes por ano e as mais diversas categorias profissionais tiveram acesso às viagens turísticas empreendidas em grupos ou isoladamente. (RUSCHMANN, 2010, p.15).

² Modalidade de voo comercial público e não regular, que acontece em função da demanda, com definições de horário, local de partida e de destino ajustáveis, sendo popularmente conhecidos como voos fretados. (FONTE: ANAC, disponível em: <http://www2.anac.gov.br/anacpedia/por_esp/tr3850.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

Complementando o contexto da afirmação, a autora notifica a já consolidação das viagens turísticas enquanto valor socioeconômico nesses países durante esse período, e enquanto direito de lazer com o passar dos anos. (RUSCHMANN, 2010).

Entretanto, essa busca intensiva pelo lazer através do turismo, caracterizada por meio do turismo de massa, fez com que a atividade desempenhasse-se de maneira prejudicial ao meio ambiente. Nesse viés, Dias (2007) aborda a atividade como ação econômica que se desenvolveu como consequência da revolução industrial e sob o aspecto do fenômeno de massas. O autor cita que essa revolução introduziu na sociedade moderna um modelo econômico cujo objetivo principal é a geração de renda por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais e que, de fato, esse modelo, o qual identifica como capitalismo industrial, promoveu o desenvolvimento das sociedades baseado na intensa apropriação dos recursos naturais, proporcionando melhora nas condições de vida em relação à época anterior, porém, ocasionou um intenso crescimento populacional, que passou a exercer pressão cada vez mais sobre os recursos naturais.

Assim, surge a necessidade de se pensar um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo tradicional, o qual culminou na expressão *desenvolvimento sustentável* durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (a Eco-92 ou Rio-92) que aconteceu no Rio de Janeiro - Brasil, no ano de 1992, e cuja ideia compreendia o atendimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Por sua vez, Ruschmann (2010), citando o turismo enquanto “direito ao lazer” dos países desenvolvidos, dispõe que este direito passou a ser questionado diante dos efeitos negativos ao meio ambiente que o fluxo massivo de turistas provocava nas localidades receptoras. Esses impactos, os quais incluíam além das paisagens, a cultura dos locais frequentados pelos visitantes, passaram a ser estudados cientificamente e, de acordo com a autora:

Têm sensibilizado a opinião pública quanto à necessidade de consideração dos aspectos ambientais nas viagens turísticas. Essa sensibilização levou à criação de normas que passaram a restringir o direito dos turistas ao consumo desmesurado dos valores culturais e dos recursos naturais das localidades visitadas, impondo-lhes até algumas obrigações em suas viagens de férias. (RUSCHMANN, 2010, p. 16).

Nessa interface, Ruschmann (2010) cita como questão fundamental o controle do crescimento quantitativo dos fluxos turísticos que colocam em risco os ecossistemas sensíveis e supõe o turismo “brando”, a exemplo do ecológico e naturalista, como o que caracterizará os fluxos futuros. Deste modo, a autora expressa a importância da qualidade estrutural dos

equipamentos turísticos, assim como da inovação e do planejamento das empresas frente à sobrevivência nesse mercado em transformação e em contínua mudança.

O desenvolvimento sustentável do turismo adquire, nesse contexto, uma função significativa. Segundo Hanai (2011), essa expressão foi sugerida por Butler (1999) e refere-se ao turismo que é:

[...] desenvolvido e mantido em uma área (comunidade e ambiente) de uma forma e numa escala que permanece viável ao longo de um infinito período e não degrada ou altera o ambiente (físico e humano) em que existe para um grau que proíbe o desenvolvimento com êxito e o bem estar com outras atividades e processos. (HANAI, 2011, p. 216)

O autor conclui a abordagem evidenciando por meio de KO (2005) que este desenvolvimento, portanto, é o “[...] que permite manter o estado saudável necessário para a sobrevivência do sistema (turístico) em condição desejável e com padrão aceitável em alto grau de qualidade.”. (HANAI, 2011, p. 27). Explicita também que há distinção entre “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável”, sendo o primeiro o objeto a ser alcançado e o segundo, o processo para o alcance do primeiro, assim, é importante operacionalizar o desenvolvimento sustentável do turismo para que se tenha o turismo sustentável. (HANAI, 2011, p. 217).

Quanto a essa perspectiva, os autores Feil e Schreiber (2017, p. 678), também citam:

O desenvolvimento sustentável é o processo que entra em cena com base em estratégias para aproximar o sistema ambiental humano ao nível de sustentabilidade com vistas a que a vida deste complexo sistema se harmonize e perpetue ao longo do tempo. Esta questão estratégica intenta a ruptura de paradigmas por meio de mudanças no entendimento e posicionamento cultural da sociedade, ou seja, conscientizar sua importância com auxílio de ações e atitudes que reposicionem os aspectos negativos identificados pelos indicadores em direção à sustentabilidade. Desse modo, com a exitosa condução da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, atinge-se o sustentável.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), o turismo sustentável é, por sua vez, aquele que “[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.”. (OMT, 2003, *apud* HANAI, 2011, p. 211). Ainda de acordo Hanai (2011, p. 211), a OMT (2003, p. 212) “[...] reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destino”. Assim, dispõe sobre os princípios de sustentabilidade, sendo estes identificados como os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico e que estabelecem entre si um equilíbrio adequado para garantir sua sustentabilidade a longo prazo (HANAI, 2011, p. 2012). Com base no que foi explicitado, compreende-se,

portanto, que, para haver um turismo sustentável, é essencial atentar-se para o seu desenvolvimento, que deve acontecer com base na sustentabilidade, o que possibilita que a atividade continue proporcionando experiências de qualidade, garantindo, ao mesmo tempo, sua sobrevivência em um dado destino.

3.2 A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE VALOR EM MEIOS DE HOSPEDAGEM

Esta seção aborda a sustentabilidade como geração de valor em empreendimentos de hospedagem a partir da perspectiva socioambiental. Nesse sentido, compete compreender-se a respeito da estratégia de geração de valor no contexto organizacional.

Com relação ao significado de estratégia no contexto da organização empresarial, Miranda (2017, p. 8) descreve-a como “[...] um processo de maturação e evolução natural da complexa atividade da gestão de negócios condicionada pelos desenvolvimentos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais.” e que compreende toda a organização, estando presente em suas mais diversas áreas, desde o produto à produção, desde o marketing à logística, desde os processos à gestão de ativos, desde as pessoas à marca do empreendimento.

Nesse sentido, o autor apresenta a definição de Chandler (1998) em que a estratégia é “[...] a determinação das metas e objetivos básicos empresariais em longo prazo, bem como a adoção de cursos de ação e alocação de recursos necessários à consecução dessas diretrizes” (CHANDLER *apud* MIRANDA, 2017, p. 10). Nesta perspectiva, o autor aborda sobre criação de valor, a qual pode ser identificada por meio de três formas principais: liderança ou predominância por meios dos custos; diferenciação no mercado; e captação de demandas por nichos (PORTER, 1985, *apud* MIRANDA, 2017).

No que concerne ao conceito de valor, este se encontra relacionado no ambiente empresarial à categoria dos recursos classificados como ativos intangíveis, chamados também de abstratos. Neste sentido, expressa Miranda (2017, p. 22):

[...] ativos intangíveis ou abstratos, abrangem elementos relacionados à reputação empresarial e desempenham função relevante na vantagem ou desvantagem competitiva assim como no valor da empresa, exemplificado por marcas, nomes, culturas, conhecimentos tecnológicos, patentes, aprendizagem, experiência, dentre outros.

Portanto, compreende-se o peso que a estratégia de geração de valor pode proporcionar à empresa, pois influencia ativos essenciais ao seu posicionamento e manutenção no mercado, incluindo-se, nesse contexto, as empresas turísticas de hospedagem. Com relação a esses empreendimentos, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece a Política Nacional de Turismo, dispõe que:

Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária. (BRASIL, 2008, s/p)

Nesta concepção, os meios de hospedagem são elementos essenciais ao produto turístico de uma região, ou destino, ao ofertarem um serviço fundamental à atividade do turismo e integrarem a oferta turística da localidade.

A atividade do turismo, por sua vez, representa um fator notável de desenvolvimento econômico e social, pois possui grande capacidade de impacto e é capaz de promover influências em diversos setores e aspectos de um local ou região. Entretanto, para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que a atividade seja desempenhada de maneira planejada, ou controlada, de forma a estruturar efeitos positivos e minimizar impactos negativos referentes a problemas quanto à má utilização dos recursos naturais e ausência quanto à realidade social do destino. Segundo Oliveira & Rossetto (2014), o segmento do turismo e suas organizações são importantes consumidores de recursos naturais, como água e energia e em função do desempenho de suas atividades, produzem resíduos e poluentes e promovem mudança no meio natural.

Nessa óptica, infere-se a contribuição que a sustentabilidade pode propiciar para o turismo de um destino e para o desempenho de suas atividades. Conforme conceito da OMT (*apud* REIS, 2015) em que turismo sustentável é o que se desenvolve satisfazendo as necessidades dos turistas e dos locais receptores, promovendo ao mesmo tempo a proteção e potencialização de oportunidades para o futuro, o conceito sustentável é, neste sentido, o que possibilita ao turismo desenvolver-se de maneira a atentar-se também para a conservação dos recursos, dos atrativos naturais e para a questão social.

Os meios de hospedagem, por sua vez, enquanto parte elementar da oferta turística de uma localidade e, portanto, dos produtos turísticos de uma região, ao ofertarem um de seus serviços cruciais, que é a hospedagem, são agentes imprescindíveis para o desenvolvimento

turístico de um destino com a possibilidade de promoverem importantes influências ao adotar uma cultura e práticas sustentáveis.

Nesse viés, o desenvolvimento turístico baseado na sustentabilidade torna-se estratégico para esses empreendimentos, uma vez que essa forma de desenvolvimento é essencial para a sustentabilidade do destino e, por isso, é fundamental para a sobrevivência e competitividade das empresas do setor de hospedagem. Segundo Cardoso & Figueiredo (2016, p. 51):

O turismo e, nesse âmbito, a hotelaria são segmentos em expansão que dependem diretamente da atratividade exercida pelo meio ambiente saudável, pela preservação das comunidades e pelo enaltecimento da cultura e da história locais. Com ações inovadoras voltadas para a sustentabilidade, torna-se possível agregar valor aos serviços gerados por essa indústria, em uma via de mão dupla em que as empresas hoteleiras ganham diretamente – por exemplo, com a economia de recursos naturais que têm impacto sobre os custos de operação, como água e energia – e indiretamente – quando, por instância, a preservação dos modos de vida tradicionais de um grupo se torna ponto de atração turística, ou quando a melhoria das condições de vida de uma comunidade exerce impacto positivo na diminuição das taxas de criminalidade de um local.

Nesta visão, compreende-se, portanto, que a sustentabilidade promove maior valor aos meios de hospedagem uma vez que passam a compartilhar de um destino com melhor qualidade ambiental e social e, desta forma, com melhores produtos turísticos. Além de promover melhor qualidade à oferta turística, a sustentabilidade promove valor ao empreendimento e seu serviço, uma vez que as práticas sustentáveis impactam diretamente na redução de custos, como a eficiência energética e a reutilização de recursos; e a postura sustentável, por sua vez, permite a captação de demanda por nichos, além de contribuir com a reputação da empresa no mercado. Neste sentido, Oliveira; Rossetto (2014, p. 547) afirmam:

A sustentabilidade tem sido questão relevante para o turismo no século atual, caracterizado por pressões competitivas relativas à redução de custos e uma demanda mais sensível às questões inerentes ao crescimento econômico e ao desenvolvimento socioambiental de modo responsável.

Assim, a sustentabilidade adquire um conceito estratégico que, por sua vez, é importante para a competitividade da empresa e para os produtos do destino. Com relação a isso, Porto & Santos (2013) falam de estratégia do desenvolvimento sustentável como aquela que corresponde “ao engajamento e ao forte senso de comprometimento da empresa no enfrentamento dos problemas e dos desafios socioambientais da sociedade” e, que, “por sua natureza holística, tal estratégia, serve de pano de fundo às demais e baliza a intenção de perenidade dos negócios” (PORTO & SANTOS, 2013, p. 155). A partir dessa perspectiva, os autores compartilham também a ideia de que a estratégia de desenvolvimento sustentável, “representa uma estratégia alicerçada no compartilhamento e consenso de visões de futuro no

ambiente interno em direção à inovação e à melhoria das condições do ambiente natural” (PORTO & SANTOS, 2013, p. 155).

Cardoso & Figueiredo (2016), expressam que as inovações baseadas nos princípios da sustentabilidade conduzem ao desempenho sustentável nas empresas, constituindo o que se denomina “vantagem competitiva sustentável”. Neste sentido, segundo estes autores, esta vantagem é definida por Barney (2002, *apud* CARDOSO & FIGUEIREDO, 2016, p.50) “como a implementação de uma estratégia de criação de valor a partir de uma vantagem competitiva”, e para os autores Porto & Santos (2013), a vantagem competitiva é compreendida como uma das bases para o sucesso de longo prazo da organização, sendo sustentável quando retrata um benefício durável à mesma. (PORTO & SANTOS, 2013, p. 153). Nesse sentido, Coelho; Gonçalves & Souza (2011) abordam que Barney (2007) propõe a reflexão sobre a vantagem competitiva através de importantes questões a respeito dos recursos da empresa, as quais referem-se a perguntar se o recurso é valioso, se é raro, se é imperfeitamente imitável e se a empresa é organizada para utilizá-lo. De acordo com estes autores:

A percepção de cada firma sobre a resposta dessas perguntas pode variar e é exatamente a forma como tais empresas administram essa vantagem e a configuração adequada desses componentes que podem transformar seus recursos em uma vantagem competitiva sustentável com um desempenho superior àquele percebido como comum no mercado. (COELHO; GONÇALVES; SOUZA; 2011, p. 830)

Assim, Oliveira & Rossetto, 2014, citam que “ter uma hotelaria competitiva é fator básico para um destino competitivo no longo prazo, isto deve ser considerado para definição de medidas públicas e privadas para a evolução saudável do setor e para garantir produtos de qualidade em um destino” (OLIVEIRA & ROSSETTO, 2014, p. 552). Os autores continuam a abordagem, descrevendo que:

Aspectos inovadores quanto à sustentabilidade ambiental se incluídos nas estratégias, podem tornar a atuação ou compromisso ambiental dos hotéis em uma fonte de vantagem competitiva. Um empreendimento com boa gestão socioambiental obterá alta lucratividade, melhor condição para alocar recursos e desenvolver atividades e práticas proativas, isto gera um ciclo virtuoso com a performance econômica e que se reforça com o tempo. (OLIVEIRA & ROSSETTO, 2014, p. 552)

Nesta mesma perspectiva, destaca-se a concepção de Almeida et al. (2013) ao referenciar que uma empresa de hospedagem que utiliza os recursos ambientais de maneira correta, pode obter a atenção de um público cujo comportamento volta-se para o aspecto sustentável. Portanto, citam os autores:

[...] pode-se afirmar que o turismo sustentável é economicamente rentável, não apenas porque leva as organizações hoteleiras à contenção de gastos, mas, sobretudo, porque, por meio de uma gestão estratégica em turismo sustentável uma organização hoteleira tem possibilidade de se destacar frente à concorrência. Neste sentido, o turismo sustentável pode ser pensado não só como um componente ligado aos valores éticos, como também como um fator de produção; isto é, um fator que exerce impacto na economia empresarial. (ALMEIDA et al., 2013, s/p)

A partir das abordagens, compreende-se que a atenção ao ambiente torna-se também necessária uma vez que é o território onde a atividade do turismo acontece e que, nesse viés, tem a capacidade de influenciá-lo diretamente. Essa visão traduz-se numa espécie de simbiose em que a atividade do turismo depende do ambiente e de seus recursos para se manter, incluindo também, nesse sentido, os aspectos sociais que representam a comunidade local. Nesse sentido, a comunidade local pode beneficiar-se da atividade ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da atividade.

Os empreendimentos de hospedagem, por sua vez, fazem parte desse contexto, contribuindo para a oferta dos produtos turísticos no destino e gerando emprego, trabalho e renda no local. Nessa perspectiva, a sustentabilidade assume um papel significativo, pois possibilita a manutenção da atividade com desenvolvimento e atenção ao aspecto socioambiental do destino. Assim, os meios de hospedagem enquanto prestadores de serviços essenciais à oferta de produtos turísticos são agentes fundamentais neste processo ao contribuírem para a oferta de produtos competitivos por meio de sua cultura e práticas sustentáveis. Por sua vez, a sustentabilidade é determinante para o negócio da organização, pois, agrega-lhe valor por meio do impacto na redução dos custos e gastos da organização ao adotar práticas sustentáveis de utilização dos recursos; por meio de um bom relacionamento com seus *stakeholders*³, compreendidos, nessa perspectiva, como os fornecedores, parceiros da atividade, clientes e comunidade, o que lhe confere, nesse sentido, diferenciação no mercado; e por meio da possibilidade de captação de demanda por nichos, representada, nesse aspecto, por clientes que levam em consideração empreendimentos a partir de suas práticas e cultura sustentáveis. Desta maneira, o empreendimento desenvolve a competitividade de seus serviços por meio da melhor utilização dos recursos naturais e a consequente durabilidade destes, promovendo também, desta forma, melhor qualidade e competitividade aos seus serviços e aos produtos turísticos da região.

³ *Stakeholder* é um termo inglês referente a uma determinada empresa ou negócio em que *stake* significa interesse, participação, risco, e *holder* significa aquele que possui. Assim, *stakeholder* pode significar também partes interessadas, sendo pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelos projetos e processo de uma empresa. Conceito adaptado do Portal Administração. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>> Acesso em 18 de novembro de 2018.

4 O CONTEXTO DO TURISMO E DA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Conforme Alfonso (2010), o turismo no Brasil foi gerenciado inicialmente pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), durante o período de 1960 até início dos anos 2000. Nesta época, o instituto “[...] foi responsável pela estruturação da atividade do turismo e sua divulgação para o mercado interno e externo.” (ALFONSO, 2010, p. 161) e dentre os seus principais atrativos, divulgou os bens naturais, em especial as praias.

Nessa perspectiva e como discorrido anteriormente, o conceito de turismo sustentável está relacionado diretamente com a preocupação e o cuidado com o meio natural, e no Brasil, deve-se considerar, então, a evidente importância desse conceito, uma vez que o país apresenta uma grande diversidade ecológica com riquezas naturais que servem de atrativos e produtos para o turismo de suas regiões. Nesse sentido, Dias (2010, p. 129) cita que o país “[...] possui uma enorme extensão territorial caracterizada por diferentes climas e geomorfologias, que apresentam grande número de ecossistemas que podem ser considerados como áreas com potencial ecoturístico.”.

Já o mais recente relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), produzido em 2017, afirmou que o país “[...] é considerado o número 1 do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais.”. (WEF *apud* MINISTERIO..., 2018, p. 43). Assim, entende-se a importância do conceito sustentável para o país que apresenta um potencial turístico baseado, principalmente, em características naturais.

Referente à abordagem desse conceito no país, Freitas *et al* (2014, p. 10) afirmam que:

O governo brasileiro adota a definição exposto no documento Nosso Futuro Comum (1991), também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987, no qual o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas”.

Nesse sentido, e de maneira geral, o tema da sustentabilidade encontra-se abordado na carta constitucional, de 1988, onde, no artigo 225, que trata a respeito do meio ambiente, institui-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1998, p. 170)

Segundo Dias (2010), o desempenho da atividade turística no Brasil em espaços de atrativos naturais teve início no período entre os anos de 1980 e 1990. Nesse período, ocorreu

uma busca de maior contato com a natureza em função de uma profunda modificação da forma de vida nas grandes cidades que, com o uso intenso dos meios de transporte, especialmente do automóvel, possibilitou o intenso deslocamento das pessoas para locais e áreas naturais nos fins de semana e feriados. Nesse aspecto, Dias (2010, p. 24) chamou a atenção para a problemática do desenvolvimento desordenado surgido desse processo:

As administrações públicas, particularmente as municipais, não estavam preparadas para essa demanda, e autorizaram empreendimentos em áreas de mananciais, a destruição de ecossistemas importantes, a implantação de loteamentos próximos a rios e represas com a consequente destruição das matas ciliares e um sem-número de decisões administrativas tomadas em função de um desenvolvimento desordenado.

Deste modo, Osaka (2010) observa que o conceito de conservação está aliado ao desenvolvimento sustentável, fazendo alusão, nesse sentido, à ideia de conservação e preservação em áreas protegidas, uma vez que, conforme referencia a autora, “[...] conservar significa administrar adequadamente os recursos naturais de determinada área, utilizando-os de forma racional, sem prejuízos ao meio e garantindo a sua utilização para gerações futuras” (FILHO, 2000, *apud* OSAKA, 2010, p. 264), fazendo alusão, nesse sentido, à ideia de conservação e preservação em áreas protegidas.

Quanto às práticas de conservação ambiental no Brasil, observa-se que algumas ações ocorreram de forma correspondente aos interesses do país enquanto estado em desenvolvimento. Conforme Osaka (2010), a primeira iniciativa referente à área protegida no país aconteceu no ano de 1808, com a chegada da família real no país, que por meio de decreto criou o “Real Horto”, atualmente, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Em 1970, configura-se como a década marcada por diversos movimentos internacionais de conscientização ambiental. Estes defendiam a proteção de áreas especiais, os quais influenciaram o cenário brasileiro; houve, então, nessa época a criação de onze novas unidades de conservação no país (OSAKA, 2010).

No ano de 1973, há a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), mas com existência de certas críticas sobre sua atuação como o fato de o Ministério do Interior, que era o órgão responsável pela mesma, “[...] ser um dos responsáveis pela estratégia de desenvolvimento econômico sem preocupações voltadas aos problemas ambientais.” (OSAKA, 2010, p.277). No ano de 1979, acontece a proposta da primeira etapa do plano do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) cuja elaboração foi baseada nas categorias de manejo propostas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). No mesmo ano há a promulgação do Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, por meio do qual foi instituída a necessidade de elaboração de planos de manejo para todos os parques

nacionais e onde é proposto o zoneamento das áreas, por meio das seguintes zonas: intangível, primitiva, de uso extensivo, de uso especial, histórico-cultural, de uso intensivo e de recuperação.

No ano de 1980, começa haver o interesse da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) pelos recursos ambientais do Brasil, o que resultou no título de Patrimônio da Humanidade ao Parque Nacional de Foz do Iguaçu, em 1986, além de outras iniciativas. Também em 1980 é quando há a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e das Florestas Nacionais, surgindo também nesse ano, o Instituto Brasileiro de meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que em parceria com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), elaborou proposta sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a divisão de três categorias para as unidades, a saber: unidades de proteção integral; unidades de manejo provisório; e unidades de manejo sustentável. (OSAKA, 2010). Mais tarde, essa proposta modificou-se e, atualmente, as Unidades de Conservação encontram-se organizadas por meio de 02 categorias, conforme será abordado mais adiante.

Em 1981, é instituída a Política Nacional de Meio Ambiente, dado como o primeiro regulamento legal sobre o meio ambiente no país e no ano seguinte, em 1982, é proposta a segunda etapa do plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil. Em 1992, há a criação do SNUC por meio do Projeto de Lei n. 2.892, onde há a inclusão das reservas biológicas na classificação das unidades de proteção integral, entretanto, tal projeto de lei só foi aprovado no ano 2000. Em 1992 acontece a Eco-92, que foi uma importante conferência das Nações Unidas, com representantes de todos os países, e onde documentos importantes com a Agenda 21 e a Convenção para a Biodiversidade foram desenvolvidos, e em junho de 2000 foi aprovada, então a Lei n. 9.985 que criou o SNUC, estipulando a divisão das unidades de conservação em dois grupos, com características específicas: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. (OSAKA, 2010).

O IBAMA elencou, no ano de 2006, 727 unidades de conservação em território nacional e no mesmo ano foram criadas as *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*, por meio do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de apresentar “[...] princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em unidades de conservação, desenvolvendo e adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo.”. (OSAKA, 2010, p. 286). O órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado no ano de 1992 com o propósito de representar e gerir as políticas do setor no Brasil.

No ano de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por meio da Lei, nº 11.516, de 28 de agosto. O ICMBio é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que dentre suas finalidades, é responsável por ações referentes à política nacional de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades federais de conservação. (BRASIL, 2009, p. 53).

Nessa abordagem, Unidade de Conservação - UC, segundo a IUCN (1994) *apud* Osaka (2010, p.287) corresponde “[...] a uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes.”. Nesse sentido, as unidades de conservação no Brasil, encontram-se divididas em dois grupos, como citado antes, a saber: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

Quanto às unidades de uso sustentável, estas têm como objetivo a compatibilização da conservação com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, incluindo, nesse aspecto, as áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares de patrimônio natural. (OSAKA, 2010).

Quanto à categoria de proteção integral, esta possui como objetivo principal a preservação da natureza, e o uso, entretanto, de seus recursos naturais são permitidos somente de maneira indireta, de forma a não envolver consumo, coleta, dano ou destruição desses recursos. Correspondem a essa categoria as estações ecológicas, as reservas biológicas, os monumentos naturais e refúgios de vida silvestre, e os parques nacionais. (SNUC, 2000).

No Brasil, o Ministério do Turismo (MTUR) é o órgão atual responsável pelas políticas públicas de turismo. Esse órgão foi criado em 2003 e substituiu a EMBRATUR no que tange ao desenvolvimento e gestão dessas políticas no país, enquanto o instituto passou a atuar de maneira exclusiva na promoção e divulgação do destino no exterior.

O MTUR estabeleceu uma organização da atividade turística no Brasil, com desenvolvimento das políticas no setor por meio do lançamento do Plano Nacional de Turismo e a institucionalização do Programa de Regionalização do Turismo Nacional, o qual visava a descentralização do turismo nacional por meio da ordenação entre regiões e municípios tendo como objetivo principal “[...] apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada”. (MINISTÉRIO..., 2013, p. 24).

No ano de 2008, foi instituída, então, a Política Nacional de Turismo por meio da Lei n. 11.771, que apresentou em seu corpo a temática da sustentabilidade. A lei em seu artigo parágrafo único do artigo 3º estabelece que:

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. (BRASIL, 2008, não paginado).

Já no artigo 4º expressa que a política nacional do turismo no Brasil “[...] é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo (PNT) estabelecido pelo Governo Federal.”. (BRASIL, 2008, não paginado). Nesse aspecto, em seu parágrafo único do então artigo dispõe que a mesma “[...] obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.”. (BRASIL, 2008, não paginado).

O atual Plano Nacional de Turismo, estabelecido para o período de 2018 a 2022, traz a marca da sustentabilidade em seu discurso expondo que:

Para tornar os destinos, produtos e serviços turísticos cada vez mais competitivos e sustentáveis, em um mercado que se transforma à velocidade nunca vista, é imprescindível que se compreenda o processo de desenvolvimento territorial regionalizado e cooperado, assim como se observe e invista em inovações contínuas no setor, respeitando os princípios da sustentabilidade no turismo. (MINISTÉRIO..., 2018, p. 54)

Nessa perspectiva, o plano institui para o determinado período as seguintes diretrizes para o desenvolvimento do turismo nacional: fortalecimento da regionalização; melhoria da qualidade e competitividade; incentivo à inovação; e promoção da sustentabilidade (MINISTÉRIO..., 2018).

Machado (2015, p. 16), aborda que “[...] o turismo é uma atividade econômica onde convergem uma pluralidade de interesses privados empresariais (ex: transportadores, hoteleiros, animadores) e que utilizam como suporte da sua atividade recursos públicos fundamentais (ex: paisagem, ambiente, patrimônio)”. Nesse sentido, o poder público representa uma importância fundamental enquanto regulador, que por meio de políticas, programas e ações do setor proporciona apoio e sustentação à atividade; nessa perspectiva, a sustentabilidade do destino já se manifesta nessa relação do turismo, dita sistêmica, como aborda o autor.

Machado (2015) dispõe que a Lei da Política Nacional de Turismo aborda o conceito da sustentabilidade na parceria público-privado em seu art. 9º, “[...] quando dispõe que o Sistema Nacional de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades

turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo.” (MACHADO, 2015, p. 27). Entretanto, segundo o pesquisador, essa condição, expressada em seu estudo enquanto princípio da transversalidade, não foi suficientemente desenvolvido na regulamentação brasileira. Por outro lado, Freitas *et al.* (2014, p. 83) citam:

A sustentabilidade na atividade turística do Brasil semeia-se como uma proposta de desenvolvimento econômico e de redução dos impactos negativos que o turismo causa ao meio ambiente e nas comunidades locais em que ocorre. A qual vem se constituindo em uma alternativa viável de desenvolvimento regional.

Quanto a isso, compreendem-se no Brasil certos destinos que abordam o conceito de sustentabilidade, destacando-se, nesse sentido, o destino de Bonito, em Mato Grosso do Sul, que constantemente recebe premiações, tanto a nível nacional quanto internacional, posicionando-se como referência de destino de ecoturismo e prática sustentável no país. Como ação importante, destaca-se o prêmio *Braztoa* de Sustentabilidade, desenvolvido por meio da Associação Brasileira de Operadoras de Turismo, sendo o primeiro programa de premiação em sustentabilidade do mundo a ter a chancela da OMT.

O prêmio *Braztoa* reconhece e premia periodicamente empresas e organizações do setor que apresentam boas práticas de gestão e atividades baseadas no conceito de sustentabilidade. Assim, neste ano de 2018, foram premiadas nove iniciativas de turismo sustentável no Brasil, dentre as quais, na categoria “Meios de Hospedagem”, foram premiadas as pousadas “Vila Kalango e Rancho do Peixe”, no Ceará, por promoverem a sustentabilidade como direcionamento principal de seus negócios. (BRAZTOA, 2018).

Dada a descrição, percebe-se a importância do turismo em áreas naturais do Brasil e, assim, a importância da conservação que esses atrativos demandam de maneira constante. Portanto, a sustentabilidade deve ser um princípio primordial na cadeia turística de qualquer destino, essencialmente daqueles que possuem a natureza como principal atrativo.

4.1 A REGIÃO NORDESTE

O Nordeste do Brasil ressalta-se por seu imenso litoral com belas praias que lhe conferiram desde cedo o grau de destino de sol e mar. Entretanto, o desenvolvimento da atividade não aconteceu de maneira planejada a ponto de promover a sustentabilidade da região. Atualmente, a área litorânea de muitos estados apresenta-se altamente concentrada com diversos problemas ambientais, como construções irregulares e falta de balneabilidade das águas.

De acordo com Moura-Fé (2015, p. 54):

A região Nordeste do Brasil vem desenvolvendo um quadro socioeconômico em que a atividade turística apresenta-se como um importante vetor de crescimento. Por sua vez, embasado fortemente no segmento “sol e praia” que se caracteriza, muitas vezes, como sazonal e massivo, tanto no litoral como nas águas/corpos d’água interiores, o turismo contribui, em muitos casos, para a perda de qualidade ambiental e para o desgaste da imagem de destinos turísticos.

Diante dessa perspectiva, o desenvolvimento do turismo no Nordeste, apresenta problemas relacionados à falta de sustentabilidade, causados pelo fomento da atividade como fator de crescimento econômico na região sem levar em consideração os efeitos e impactos ambientais. A partir dessa reflexão, Vidal (2010, p. 85) aborda sobre o assunto descrevendo, nesse aspecto, que:

Nos anos 1980, como parte do redimensionamento dos territórios produtivos, a atividade turística passou também a incluir os estados da região Nordeste. Da Política Nacional do Turismo, destaca-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo – Prodetur, que direcionou para o Nordeste o turismo de “sol e mar”.

Ainda de acordo com Vidal (2010, p. 85) o Prodetur foi desenvolvido por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela EMBRATUR com o objetivo de “[...] fortalecer a atividade turística na região e consolidar a mesma como destino nacional e internacional.”, o que aconteceria por meio de prospecções como “[...] o aumento do turismo receptivo, indução de novos investimentos na infraestrutura turística, aumento da permanência do turista no Nordeste e geração de emprego e renda com a atividade.” (BRASIL, 1993, *apud* VIDAL, 2010, p. 85). A execução do programa deu-se por meio de créditos financeiros e foram determinados quatro sentidos de atuação, a saber: “[...] melhoria nas condições de acesso rodoviário e aéreo aos polos turísticos, saneamento básico, capacitação profissional e suporte institucional.”. (FONSECA, 2005, *apud* VIDAL, 2010, p. 85 - 86).

Segundo Vidal (2010, p. 85) “[...] apesar de aceito como atividade estratégica na dinamização da economia local, o turismo litorâneo de massa apresenta características, nem sempre desejáveis.”. Nesse aspecto, cita as características: “[...] escala inadequada ao local, construções novas agressoras da paisagem, comprometimento da infraestrutura, poluição e congestionamento, pouco contato dos visitantes com os locais, transformação da cultura local.” (SWARBROOKE, 2000, *apud* VIDAL, 2010, p. 85).

De acordo com os autores Duda e Araújo (2014, p. 207), “[...] com a implantação da primeira fase do Prodetur/NE, o governo identificou a necessidade de criar uma nova fase do programa, o Prodetur/NE II”. Os autores dispõem que:

Duas características marcantes dessa nova fase do programa são a criação da política de Polos de Turismo e a identificação de Destinos Indutores do turismo. Os polos foram criados com base em aglomerações de municípios com características comuns, reforçando o objetivo de regionalização da atividade. Cada polo localiza-se em uma região turística específica, em áreas nas quais o turismo já vinha evoluindo de forma diferenciada na região. (DUDA e ARAÚJO, 2014, p. 212).

Com o incentivo do turismo na região, vê-se, conforme discorrido, os impactos ambientais causados em função do crescimento da atividade sem uma ordem de equilíbrio perante os recursos naturais. Esse caso, que não é específico apenas dessa região do país, propõe uma espécie de “alerta” a respeito do uso que se está tendo do ambiente e que vem contribuindo para sua degradação. Assim, faz-se necessária a adoção de uma postura que favoreça a manutenção e salubridade dos recursos e do patrimônio natural, essenciais à atratividade turística, assim como essencial ao ambiente local.

4.2 O MARANHÃO

O Maranhão destaca-se como um importante destino de atrativos turísticos no Brasil. Localizado na região Nordeste do país e situado na área de intersecção à região norte, o estado apresenta características naturais e culturais bastante atrativas. Assim descrevem Santos e Teixeira (2009, p. 229):

O Maranhão faz parte da região nordeste do Brasil, possuindo uma superfície de cerca de 334.000 km², o que o torna o segundo maior Estado desta região e o oitavo em extensão territorial do país. Devido ao seu tamanho e por estar localizado em uma área de transição entre a floresta tropical, o cerrado e a caatinga, possui uma expressiva diversidade do seu ecossistema, que varia desde a exuberância de floresta tropical, passando por cerrado, áreas de mangue, dunas, planícies, babaçual, mata de galeria a mata de capoeira.

O estado apresenta um conjunto de riquezas culturais formado pela conjugação dos 03 importantes povos formadores da sociedade brasileira: o nativo, o africano e o europeu. Nessa prerrogativa, Maranhão, (2000, *apud* SANTOS e TEIXIERA, 2009, p.229) citam que “[...] nas questões culturais, o (estado) é conhecido pelas manifestações do bumba-meu-boi, cacuriá, dança portuguesa, tambor-de-crioula, tambor-de-mina [...] e uma culinária de influência indígena e africana”.

Quanto aos aspectos naturais, o Maranhão sobressai-se. Segundo Ferreira e Muniz (2014, p. 05), o estado apresenta grande biodiversidade por “[...] situar-se em uma área de transição entre os ecossistemas cerrado, floresta tropical e caatinga.”. Nessa linha, descrevem Santos e Teixeira (2009, p. 229):

[...] o Maranhão possui o segundo maior litoral do Brasil, o que lhe confere atrativos como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba (75% pertence a este Estado, e os 25% ao estado do Piauí), a Baía de São Marcos (onde se situa a ilha de São Luís), a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (maior concentração de mangues do Brasil), o Parque Estadual do Parcel de Manoel Luís (maior banco de corais da América Latina) e a expressiva Reserva Biológica do Gurupi.

Complementando sobre esses atrativos, os autores relatam acerca do interior do estado onde “[...] é possível conhecer o Parque Nacional da Chapada das Mesas, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e o Parque Estadual do Mirador.” (SANTOS; TEIXEIRA, 2009, p. 129). O Maranhão, nesse aspecto, apresenta 26 unidades de conservação, em que 14 destas são estaduais e 12 são federais (BANDEIRA; DANTAS, 2013). São diversas áreas, reservas, estações, florestas e parques que denotam a riqueza e potencialidade do estado quanto a recursos e atrativos naturais.

Atualmente, o turismo no estado encontra-se dividido em 10 regiões turísticas, conforme informações do Mapa Brasileiro do Turismo⁴, as quais são identificadas por meio de polos, que compõem o mapa turístico do estado. São eles: Polo São Luís; Polo Amazônia Maranhense; Polo Chapada das Mesas; Polo Cocais; Polo Delta das Américas; Polo Floresta dos Guarás; Polo Lagos e Campos Floridos; Polo Lençóis Maranhenses; Polo Munin; e Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela. Segundo última atualização do mapa feita em 2017 e divulgada pelo Ministério do Turismo, o estado apresenta, atualmente, 53 municípios que compõem essas regiões, apresentando, desta forma, a seguinte demonstração:

Quadro 1 – Regiões turísticas do Maranhão

Região Turística	Abrangência
Polo São Luís	Alcântara, Raposa, São José de Ribamar e São Luís.
Polo Amazônia Maranhense	Carutapera, Luís Domingues, Centro Novo do Maranhão.
Polo Chapada das Mesas	Balsas, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Itinga do Maranhão, Montes Altos, Carolina, Estreito, Imperatriz, Riachão e Tasso Fragoso.
Polo Cocais	São João do Soter, Igarapé Grande, Caxias, Codó, Coelho Neto, Pedreiras e Timon.

⁴ Fonte: MINISTERIO..., (2017). Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/8135-novo-mapa-do-turismo-brasileiro-tem-recorde-em-n%C3%BAmero-de-regi%C3%B5es.html>> Acesso em: 15 set. 2018.

Quadro 1 – Regiões turísticas do Maranhão (Cont...)	
Polo Delta das Américas	Água Doce do Maranhão, Araiões, Paulino Neves e Tutóia.
Polo Floresta dos Guarás	Bequimão, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão.
Polo Lagos e Campos Floridos	Pinheiro, Pindaré-Mirim, Cajapió, Cantanhede, Arari, Penalva e Viana.
Polo Munim	Axixá, Vargem Grande, Chapadinha, Cachoeira Grande, Icatu, Morros e Rosário.
Polo Serra Guajajaras, Timbiras e Kanela	Barra do Corda, Grajaú e Jenipapo dos Vieiras.
Polo Lençóis Maranhenses	Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas.

Fonte: Adaptado de MINISTERIO..., (2017). Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

A organização turística do estado por meio de polos e, posteriormente, por meio de regiões inclui-se no contexto das políticas nacionais de turismo. De acordo com LIMA (2017, p. 152), “[...] já na década de 1990, a Embratur, decidiu definir polos turísticos consolidados, em desenvolvimento ou potenciais, que pudessem ser prioritários para o desenvolvimento do setor.”. Segundo Lima (2017, P. 152), em 1992, o Plano Nacional de Turismo do então ano, “[...] incorporou a estratégia dos polos às suas ações, apresentando como prioridade na intervenção pública o fomento e incentivo à atividade turística nesses espaços.” e cujo modelo, segundo Vieira *et al.* (2016), idealiza o turismo de qualidade desempenhado por um mercado que proporcione aspectos positivos através da atividade turística ao passo que promovam medidas socioambientais e econômicas para o setor e para as comunidades locais.

No Maranhão, especificamente, foi desenvolvido, no ano 2000, o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo, denominado de Plano Maior. Segundo Vieira *et al.* (2016), os objetivos gerais do Plano foram definidos sob a perspectiva do modelo dos polos para o desenvolvimento turístico do estado. Assim, foram criados inicialmente 05 polos: São Luís; Parque dos Lençóis; Delta das Américas; Chapada das Mesas e Florestas dos Guarás, integrando a primeira fase do Plano, que correspondeu ao período de 2000 a 2010. Já na segunda fase, que corresponde à versão atual do Plano (2010 – 2020), foram criados os demais: Polo Munim; Lagos e Campos Floridos; Amazônia Maranhense; Serras, Guajajaras, Timbira e Kanela; e Polo Cacaís, correspondendo ao total de 10 polos turísticos.

Em 2004, com o programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, criado pelo Governo Federal, os polos passaram a ser trabalhados a nível nacional sob a perspectiva

de regiões, que na ótica do programa, definem-se por territórios com características e potencialidades similares, ou então, complementares. (LIMA, 2017). O programa, que teve base na Política Nacional de Turismo, visa uma maior descentralização do turismo por meio de uma maior participação dos municípios na política do setor.

Com referência à organização estadual, o Plano Maior em sua versão atual (2010 – 2020), segmentou as localidades turísticas por temas, a saber: turismo de aventura; cultura; ecoturismo; entretenimento; praias; negócios; turismo histórico; e náutico; e dividiu os polos em 03 grupos: de desenvolvimento, referente àqueles em que as ações do plano deverão se concretizar em nível de longo prazo; estratégicos, em que as ações devem ocorrer em nível de médio prazo; e indutores, referentes àqueles que demandam ações em nível de curto prazo. No grupo dos Polos de Desenvolvimento, encontram-se os polos “Amazônia Maranhense, Cacaiais e Serras, Guajajara, Timbira e Kanela”; no grupo dos estratégicos encontram-se “Floresta dos Guarás, Delta das Américas, Munim e Lagos e Campos floridos”; e no grupo dos Polos Indutores estão “São Luís, Parque dos Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas” (COSTA, 2017).

Em relação a esse plano, é importante fazer referência aos seus objetivos que reportam ao desenvolvimento sustentável do turismo, de acordo com Vieira *et al.* (2016, p. 105), estando definidos sobre quatro pilares, a saber: “[...] (i) turista satisfeito; (ii) retorno dos investimentos; (iii) mínimos impactos culturais e ambientais negativos e (iv) cidadão satisfeito.”. Assim, compreende-se a importância do plano em pensar o turismo no estado em sua forma sustentável, entretanto, compreende-se também a sistemática que esse desenvolvimento exige. Esse desenvolvimento deve abranger os diversos atores da atividade, além do estado e assim, cita-se a importância da iniciativa privada na assimilação e também no protagonismo desse modelo de desenvolvimento.

Afirmando ainda a relevância e necessidade de se pensar e desenvolver o turismo no estado de maneira sustentável, encontra-se o fato do imenso potencial turístico que o Maranhão apresenta em formato de atrativos naturais. Complementar a isso está a carência do estado em maior desenvolvimento que promova melhoria social por meio da geração de emprego e renda e aumento da qualidade de vida da população.

Um importante indicador que reflete isso é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Esse índice, que mede o desenvolvimento humano a partir de três variáveis: renda, saúde e educação, é uma medida classificatória do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que define o nível de desenvolvimento dos países e suas

localidades por meio de uma escala que varia de 0 a 1 em que, quanto mais próximo do 1, melhor desenvolvimento apresenta. Nessa configuração o Maranhão apresentou, no último relatório divulgado, em 2010, um índice de 0,639, ocupando a 26ª posição entre as 27 unidades federativas do Brasil, ficando atrás apenas de Alagoas, que apresenta o índice de 0,631 e situa-se na última posição, segundo informações do PNUD juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP)⁵.

Para influenciar e contribuir com a mudança desse cenário, a sustentabilidade deve ser desenvolvida intrinsecamente à noção dos produtos e regiões turísticas do estado, tanto por meio das políticas do setor quanto por meio do gerenciamento da atividade. Nesse sentido, cabe destaque as regiões constituídas prioritariamente por meio de patrimônios naturais onde a sustentabilidade assume duplo papel, o ambiental e o social, como no caso da região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

⁵ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/maranhao> Acesso em: 15 out. 2018.

5 O CAMPO DA PESQUISA: A REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES E O FENÔMENO DO TURISMO

O turismo é, antes de qualquer processo, um fenômeno que expressa o movimento de pessoas, grupos ou massas, a determinado local por algo que o(s) atrae(m). De acordo com Oliveira (2014, p. 17) “[...] o conceito de turismo sofreu grandes alterações ao longo dos tempos, tendo surgido pela primeira vez em 1910 com o autor austríaco Herman Von Schullern Schrattenhoffen”, entretanto, segundo Oliveira (2014), os professores Valter Hunziker e Kurt Krapf foram os que conseguiram desenvolver uma definição mais elaborada sobre o termo, em 1942. Assim, Oliveira (2014, p. 17) apresenta o significado de turismo como “[...] o conjunto das relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que estas deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal.”.

Neste sentido, Neves (2012), afirmou, por sua vez, que o conceito de turismo pode ser determinado tanto da perspectiva da procura (demanda) quanto da oferta (serviços) e que na ótica na oferta, autores com Cooper *et al.* (2001) o definem como “[...] as actividades das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, por prazer, trabalho ou outras razões.” (COOPER *et al.*, 2001, *apud* NEVES, 2012, p. 9).

Ainda de acordo com Neves (2012) foi esta a definição aceita pela Organização Mundial do Turismo (OMT), após a realização da Conferência Internacional sobre Estatísticas do Turismo, em 1993. Nesse sentido, a indústria turística, “[...] consiste no conjunto de todas as empresas, organizações e instalações destinadas a servir as necessidades e os desejos específicos dos turistas” (NEVES, 2012, p.10). Por fim, cita:

De facto, o turismo é uma actividade complexa que se inter-relaciona com diversos sectores da sociedade e da economia, pois não é só um conjunto de indústrias. Dela fazem parte ainda as actividades económicas. É preciso também não descurar o comportamento humano, o uso de recursos, a interacção entre pessoas, e as relações do homem com o ambiente. (NEVES, 2012, p. 11)

Nesta perspectiva, do fenômeno que é o turismo e das relações que o mesmo desempenha, alguns autores o tratam enquanto sistema. É o caso de Neil Leiper, pesquisador australiano que, de acordo com Sousa (2016, p. 30) definiu o turismo como “[...] um sistema que inclui turistas, regiões geradoras de turistas, regiões de destino de turismo, rotas de trânsito para os turistas que viajam entre as áreas de geração e as de destino e a indústria das viagens e do turismo.”. No Brasil, há o pesquisador Mário Carlos Beni, que também nessa

linha, criou a teoria do Sistema de Turismo, denominado SISTUR, onde se convergem os ambientes ecológico, econômico, social e cultural, em sua produção intitulada “Análise Estrutural do Turismo”, em 1997.

O Ministério do Turismo Brasileiro por sua vez, aborda a atividade sob a perspectiva econômica, representando, nesse sentido, a ótica da demanda e da oferta, os agentes econômicos e os visitantes, enfatizando-a como o conjunto de relações e fenômenos desenvolvidos em função disso. Nesse sentido, o órgão define que turismo é: “conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitat natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros” (MINISTÉRIO..., 2018, p. 30).

A Organização Mundial do Turismo, cuja sigla em inglês é *UNWTO (World Tourism Organization)*, por sua vez, apresenta a seguinte definição em seu glossário⁶, página 01:

Tourism is a social, cultural and economic phenomenon which entails the movement of people to countries or places outside their usual environment for personal or business/professional purposes. These people are called visitors (which may be either tourists or excursionists; residents or non-residents) and tourism has to do with their activities, some of which involve tourism expenditure. (ORGANIZAÇÃO..., 20-, p. 1)

Portanto, o turismo enquanto fenômeno é a ação geral de visitação a certos destinos que comunicam algum atrativo. Nesse aspecto, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) cita as seguintes noções a respeito: que atrativos são “[...] locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27, *apud* SEBRAE, 2011, p.27), que atrativo “[...] é o elemento que desencadeia o processo turístico” (VALLS, 2006, p. 27, *apud* SEBRAE, 2011, p. 27), e assim, é “[...] a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento turístico.” (BOULLÓN, 1983, *apud* SEBRAE, 2011, p. 27).

O atrativo é o elemento essencial para a composição do produto turístico, entretanto, somente o atrativo não é capaz de sustentar a atividade turística e sustentá-lo também, nessa perspectiva. A respeito de produto turístico, o MTUR (2010, p. 21) aborda: “[...] produto pode ser definido como tudo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer uma necessidade ou desejo dos consumidores”. Por outro lado, outra noção de produto turístico, que inclusive é bastante utilizada, é a de Roberto Boullón, segundo o qual, “[...] é um termo que se usa para qualificar a classe de serviços que formam a oferta turística” (BOULLÓN, 1990, s/p, *apud* NEVES, 2012, p. 15).

⁶ Disponível em: <<<http://statistics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryterms.pdf>>. Acesso: 15 out. 2018.

Diante do exposto, Neves (2012) discorre que o autor apresenta o produto turístico formado por duas componentes, sendo a primária, que é constituída pelo(s) atrativo(s), identificados como a matéria prima do turismo, e pelas atividades turísticas relacionadas, e a derivada, que se refere “aos serviços de alojamento, alimentação e transporte, mais outros complementares, como: serviço de informação, serviço de câmbio, etc.” (BOULLÓN, 1990, s/p, *apud* NEVES, 2012, p.15).

Assim, o Maranhão apresenta o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que promove o deslocamento de grande quantidade de pessoas à região, sendo, nesse sentido propagado enquanto atrativo. A região, enquanto destino, configurou-se de diversos serviços que compõem a sua oferta e constituem a sua cadeia turística, aferindo-o enquanto possível produto. Nesse contexto, situa-se Barreirinhas como um dos municípios que integram a então região e que é intitulada enquanto sua capital.

5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

O Maranhão, conforme citado, possui o segundo maior litoral do Brasil, caracterizando-se como um estado litorâneo de 640 km de costa marítima. Seu litoral encontra-se dividido em ocidental e oriental onde da foz do rio Gurupi até o golfo Maranhense identifica-se o ocidental e do golfo até a foz do rio Parnaíba identifica-se o oriental, sendo este último onde os Lençóis Maranhenses se localizam. (GRAÇA, 2010). A região dos Lençóis Maranhenses é entendida a partir da seguinte descrição:

No Litoral Oriental do estado do Maranhão, os Lençóis Maranhenses são um conjunto de dunas que cobrem desde o Golfo Maranhense até a foz do Rio Parnaíba. Ao norte há o oceano, que delimita uma praia extensa e larga. Da praia para o interior, predomina a *morraria*, conjunto de enormes dunas e lagoas espalhadas por dois desertos: os Grandes Lençóis, a oeste do Rio Preguiças; e os Pequenos Lençóis, a oeste do mesmo rio. Rumo ao sul, o areal se confunde com a vegetação agreste até que esta se torna aquela típica do cerrado. Na foz dos rios maiores, como o Preguiças e o Peria, resiste o mangue à contínua ação do vento que empurra areia em direção ao interior. Nas margens dos rios e nas várzeas, surgem as palmeiras, sobretudo os buritis. Conectando o interior ao litoral, desdobra-se o rio Preguiças. (D'ANTONA, 2002, p. 13):

Os Lençóis Maranhenses, nesse sentido, correspondem a uma formação natural distinta. Ao mesmo tempo em que expressa uma composição simples, forma um ambiente espetacular em que deserto e lagoas se juntam. Muitas são as descrições a respeito; citando-se o que descreve Lima (2000) por meio de Rodrigues (2013), (re)cria-se o cenário:

As dunas, entremeadas pelas piscinas naturais formadas pelas chuvas, parecem desenhadas a mão, obedecendo a uma disposição uniforme e caprichosa de um artista plástico. Mas não se engane você jamais verá a mesma paisagem menos de um mês depois. As dunas, como se tivessem vontade própria, movem-se constantemente de um lugar para o outro ao sabor dos ventos fortes. (LIMA 2000 *apud*, RODRIGUES, 2013, p. 78)

A área correspondente aos Lençóis Maranhenses “situa-se na franja costeira ao norte do Estado do Maranhão, entre as coordenadas geográficas: 02°19’ e 2°45’ S; 42°44’ e 43°29’ W, compreendendo os Municípios de Primeira Cruz e Santo Amaro a oeste e Barreirinhas a sul e a leste”, conforme informações contidas em documento oficial do IBAMA (2003, p. 100); encontra-se instituído enquanto uma unidade de conservação no formato de parque nacional. Segundo Zolnerkevic (2013, p. 65 - 66):

Diferentemente de outros desertos, os Lençóis recebem relativamente muita água: até 2 mil milímetros de precipitação anual. Mais de 90% dessa chuva, porém, cai concentrada entre janeiro e julho, quando é absorvida rapidamente pela areia, elevando o lençol freático acima do chão e enchendo as lagoas temporárias entre as cadeias de dunas, que quase não se mexem nessa época do ano devido à umidade e à falta de vento. Chegando a mais ou menos um metro de profundidade na estação chuvosa, as lagoas secam ao longo do segundo semestre, quando os ventos predominam, soprando sempre do leste, alcançando a velocidade de 70 quilômetros por hora.

Abordando a perspectiva de parque nacional, o Brasil possui 335 unidades de conservação, que estão distribuídas entre todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Brasileira, segundo informações constantes no site do ICMBio⁷.

Por meio da Lei nº 9.985, no ano 2000, o Brasil instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – com o objetivo de regulamentar a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, conforme também determinação da constituição federal de 1988. Segundo a lei, em seu inciso I do artigo 2º, unidade de conservação refere-se a:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000, não paginado)

As unidades de conservação encontram-se divididas, segundo o instrumento, em duas categorias, a saber: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O parque inclui-se na categoria de Proteção Integral juntamente com outras modalidades: estação ecológica, reserva biológica, monumento natural e refúgio de vida silvestre. Assim, dentre o

⁷ Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros> > Acesso em outubro de 2018.

que é apresentado, essa categoria, segundo a Lei nº 9.985, em seu artigo 2º, inciso VI, institui “a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. Nesse contexto, emprega-se também o objetivo do parque para o qual a lei institui em seu artigo 11:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC, 2000, não paginado).₂

Conforme exposto, a função principal dos parques é a preservação de áreas naturais notáveis do ponto de vista de sua utilidade e relevância ecológica e também de sua beleza, ou seja, de sua atratividade. Sabe-se, entretanto, que o contato do ser humano com a natureza é passível de impactos prejudiciais à sua composição, assim, a visitação nesses ambientes ocorre sempre sob a necessidade de um gerenciamento com vistas a se evitar a sua degradação. Por isso, o SNUC estabelece por meio de sua Lei, nº 9.985, parágrafo 2º:

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. (SNUC, 2000, não paginado).

A Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que, por sua vez, estabelece as bases para criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil, foi estabelecida no ano 2000, como mencionado antes, entretanto, a atividade referente à proteção de áreas naturais já ocorria em função da problemática ambiental. Assim, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLN –, ou PARNA Lençóis, foi instituído no ano de 1981 por meio do decreto-lei de nº 86.060. Na época, o Brasil vivenciava uma política pública ambiental baseada no contexto da discussão sobre a conservação ambiental, que se desenvolvera de maneira proeminente ao redor do mundo. Na década de 80, como assimila Dias (2017), foi sancionada pelo presidente Figueiredo, a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, que por sua vez, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente; também foi sancionada a regulamentação das estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Neste sentido, em 1972, durante participação na Conferência de Estocolmo – conferência da Organização das Nações Unidas concebida como um marco da discussão da relação homem e natureza - o país “[...] assumiu compromissos de criar as condições institucionais para a proteção do meio ambiente.”. (DIAS, 2017, p. 55).

De acordo com Dias (2017, p. 60), “[...] ainda na década de 1970 do século XX, o Estado Brasileiro identificou áreas potencialmente indicadas para a preservação por meio do

projeto RADAM – BRASIL”. O projeto, que promovia o levantamento dos recursos naturais do Norte e Nordeste do país com o fim de desenvolver projetos direcionados àquelas regiões, foi estruturado por meio do Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional de Produção Mineral, com utilização de recursos do Plano de Integração Nacional. (DIAS, 2017). Nesse sentido, em 1970, a Petrobrás, além de cooperar com recursos financeiros, contribuiu com o projeto por meio da disponibilização de dados provenientes de pesquisas e ações realizadas nas áreas que corresponderam ao parque. (DIAS, 2017). Assim, orientou-se para a criação da unidade por meio do Decreto nº 86.060, de 2 de junho de 1981 em que se determinou:

Fica criado, no litoral do Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com área estimada em 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura. (BRASIL, 1981, não paginado).

Acerca de sua finalidade, de acordo com artigo 2º do decreto, o parque foi estabelecido com o objetivo principal de “[...] proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local, ficando sujeito, ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.”. (BRASIL, 1981, s/p).

Conforme estabelecido na lei, o parque ficara submetido ao regime do Código Florestal brasileiro e, de acordo com Dias (2017), logo após a sua criação, sua gestão ambiental ficou na responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que era uma autarquia vinculada ao ministério da Agricultura. Em 1989, sua gestão passou a ser feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) quando de sua instituição; o órgão, segundo a autora, foi responsável pela estruturação territorial da unidade, nesse sentido, sendo importante destacar o estabelecimento do Plano de Manejo pela instituição, sendo este de grande importância para a gestão do parque. Atualmente a administração do PARNA Lençóis Maranhenses encontra-se sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007, e que passou a assumir a gestão do parque. (DIAS, 2017).

A partir da institucionalização expressa no decreto, o IBAMA desenvolveu o Plano de Manejo do PNLN, entre os anos 2000 a 2003, em parceria com os governos estadual e federal e a fundação Sósândre da Universidade Federal do Maranhão, formando um corpo de profissionais de diversas áreas necessárias à organização de informações do parque. De

acordo como informação presente no portal do ICMBio⁸, o então plano encontra-se em fase de revisão, entretanto, não é possível identificar nenhuma informação a mais além disso, o que compete para a vigência ainda do plano de 2003.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses localiza-se, portanto, no litoral oriental do Maranhão, apresentando a configuração de um extenso campo de dunas com lagoas temporárias e perenes e cuja morfodinâmica é diferente de outros locais da costa brasileira (IBAMA, 2003). Quanto à sua área total, o parque apresenta a seguinte composição: 44,86% correspondente ao município de Barreirinhas; 42,15% correspondente ao município de Santo Amaro; e 6,89% correspondente ao município de Primeira Cruz. (IBAMA, 2003). E a respeito do nome do parque, expõe-se a seguinte explicação:

[...] devido apresentar uma área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais assemelham-se a “lençóis jogados sobre a cama”, originou a denominação da Unidade de Conservação de Lençóis Maranhenses. (IBAMA, 2003, p. 5)

No que concerne a sua sustentabilidade ambiental, o Plano de Manejo da unidade institui que “[...] em toda sua extensão de 155.000ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), serão conservadas em sua integridade as múltiplas comunidades bióticas de plantas e animais, próprios das dunas, além de assegurar o seu processo de continuidade.” (IBAMA, 2003, p. 5). Nesse contexto, o instrumento menciona também a respeito do desenvolvimento turístico que a atratividade do parque pode propiciar, abordando, nesse sentido, que “[...] a implantação do Parque Nacional oferecerá atrativos de variadas opções criando considerável fluxo de visitantes e turistas para o local, incrementando, assim, o desenvolvimento regional.” (IBAMA, 2003, p. 5).

O Plano de Manejo é instituído como o instrumento oficial de planejamento das unidades de conservação. De acordo com o IBAMA (2003, p.1), seu objetivo principal é “[...] apresentar as diretrizes de gestão da área para assegurar a total proteção dos recursos naturais que nela ocorrem.”, além de utilizar técnicas de planejamento ecológico, que determinam o seu zoneamento, caracterizando e propondo seu desenvolvimento físico e estabelecendo diretrizes básicas para o seu manejo. (IBAMA, 2003). Assim, o Plano de Manejo do PNLM, seguindo orientações a partir do SNUC, dividiu a região onde a unidade de conservação se encontra em duas áreas: Área de Influência e Zona de Amortecimento. Nesse aspecto, em relação à Área de Influência, esta é identificada por aquela que:

⁸ Disponível em:

<http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true> Acesso em outubro de 2018.

[...] exerce relações com a Unidade de Conservação, considerando-se principalmente os municípios da micro-região e as microbacias onde a mesma está inserida, bem como quaisquer outras áreas onde fatores intrínsecos interfiram na Unidade ou que a Unidade possa interferir sobre os mesmos. (IBAMA, 2003, p. 59).

A partir desta caracterização, a área de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses “[...] abrange 06 (seis) municípios do litoral oriental maranhense cujas atividades e programas de desenvolvimento podem ter repercussão direta ou indireta na UC.” (IBAMA, 2003, p. 59). De acordo com o IBAMA (2003), os quais correspondem aos seguintes: Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Paulino Neves e Tutóia.

Por sua vez, a Zona de Amortecimento, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, LEI nº 9.985, art.2º, inciso XVIII, corresponde ao “[...] entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Assim, conforme delimitado no Plano de Manejo:

A Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) possui uma área de 4.232,31km², exclui as sedes municipais de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão, mas inclui de oeste para leste duas APA's: Upaon-Açu/ Miritiba/Alto Preguiças e Foz do rio Preguiças/Pequenos Lençóis/Região Lagunar Adjacente. Nos seus limites estão incluídas parte dos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas. (IBAMA, 2003, p. 59).

Ao se especificar a área da Zona de Amortecimento correspondente ao município de Barreirinhas, essa área encontra-se caracterizada a partir da seguinte definição: “[...] é delimitada pelo rio Negro a oeste; o rio Preguiças a leste; a rodovia MA-402 e a nascente do riacho Mirinzal a sul; o limite do Parque e o Oceano Atlântico, ao norte.” (IBAMA, 2003, p. 60). Essa parte da ZA do PARNA Lençóis apresenta uma formação natural interessante e diversa e os municípios do entorno da área exibem uma notável rede hidrográfica formada por pequenos rios, que fluem em direção ao PARNA, como o rio Peria e o Cocal, este último afluente do rio Preguiças. Assim, descreve o IBAMA (2003, p. 60):

Nessa área ocorrem praia arenosa, planície de deflação eólica, campo de dunas fixas e tabuleiro rebaixado além de restinga, seguida por campos inundáveis, mata ciliar e áreas destinadas às culturas de subsistência, bem como franjas de manguezais próximas ao povoado de Mandacaru. A referida área tem uma significada rede de drenagem representada pelos rios Preguiças, Juçaral, Maçangano, Sucuriçu e demais cursos d'água. (IBAMA, 2003, p. 60).

Por meio da abordagem descritiva, constata-se que o PARNA Lençóis detém um considerado valor por constituir-se de notabilidade ecológica e turística. Além disso, insere-se em uma região composta de um conjunto de recursos e atrativos naturais que contribuem para

sua relevância. Consoante à importância, tem-se assistido nos últimos dias, a uma efervescente notícia nos meios de comunicação e mídias do estado e também canais específicos do país, referente a uma titulação que o parque poderá agregar ao seu valor patrimonial: sua candidatura ao título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O dossiê pertinente foi assinado pelo ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, no dia 23 de outubro para, então, ser encaminhado à sede da UNESCO, em Paris, onde deverá ser analisada no ano 2020 em reunião respectiva. A concorrência dos Lençóis deverá ser analisada no referente período, em função de que no ano de 2019 a proposta do Brasil a ser avaliada será a do sítio misto de Paraty e Angra dos Reis, candidata ao mesmo título. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a condição para concorrer ao título é a obediência a pelo um dos critérios estabelecidos pela UNESCO.

No caso dos Lençóis, o parque atende a três desses critérios, que são: área de excepcional beleza natural; detentora de processos geológicos significativos; e detentora de habitats relevantes e significativos para a conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e endêmicas⁹. Perante essa perspectiva, infere-se a relevância que o parque poderá adquirir frente ao reconhecimento internacional de patrimônio mundial. A região constituir-se-á detentora de um monumento de respectivo *status* ao mesmo tempo em que o turismo poderá crescer proporcionalmente em seu espaço. Nesta expectativa, sublinha-se a discussão sobre a necessidade de se empregar o conceito sustentável no turismo da região.

Conforme apresentado, infere-se a relevância do município de Barreirinhas para a sustentabilidade da região do parque, haja vista, dentre outros fatores, comportar grande parte do PARNA e apresentar áreas com rios e bacias essenciais ao zoneamento da unidade de conservação. Portanto, pensar e adotar o conceito de sustentabilidade é imprescindível ao turismo do município, cuja cidade é intitulada de “Capital dos Lençóis Maranhenses” e que apresenta um efervescente e prospectivo mercado nesse sentido.

⁹ Informação disponível no site do MMA: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/15177-parque-dos-len%C3%A7%C3%B3is-maranhenses-%C3%A9-candidato-a-patrim%C3%B4nio-mundial.html>>. Acesso em outubro de 2018.

5.2 O *LOCUS* DA PESQUISA: BARREIRINHAS E O FENÔMENO DO TURISMO NA CIDADE

Barreirinhas é um dos principais municípios da região dos Lençóis Maranhenses. Esta região corresponde, geograficamente, a uma microrregião maranhense que faz parte da Mesorregião do Norte do estado e compõe-se de 60 municípios agrupados em seis microrregiões: Aglomeração Urbana de São Luís, Rosário, Litoral Ocidental Maranhense, Baixada Maranhense, Itapecuru Mirim, e a dos Lençóis Maranhenses (PEREIRA, 2017).

Situada no litoral ocidental do Maranhão, esta região compõe-se de um conjunto de recursos e atrativos naturais formados por rios, mangues, parias, dunas e lagoas interdunares. Dentre esses atrativos, a área que correspondente ao parque dos Lençóis apresenta-se como a principal, e de acordo com Bandeira e Dantas (2013, p. 126), “[...] abriga uma biodiversidade que condiciona um ecossistema de grande fragilidade ambiental”, desta forma, em 1981, foi criado o denominado parque nacional por meio do decreto nº 86.060, em que se institucionalizou a proteção de 155.000 ha entre os municípios de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão.

Barreirinhas posiciona-se, portanto, nesse âmbito de notabilidade regional e turística. O nome do município originou-se em referência às barreiras de argila encontradas nas margens do rio Preguiças e que chegavam a atingir cerca de 10 a 20m de altura, envoltas por dunas de areias (IBAMA, 2003). Barreirinhas recebeu o título de município oficialmente em fins do século XVIII, precisamente em 1835. Em relação a isso, o município desenvolveu-se inicialmente sob a característica de freguesia, passando, posteriormente, à categoria de Vila em 14 de junho de 1871 por meio da Lei provincial nº 951, e finalmente, atingindo a denominação de município em 29 de março de 1938, por meio do Decreto-Lei Estadual, de nº 45” (IBAMA, 2003).

O município de Barreirinhas possui uma área territorial de 3.026,540 km² de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - e uma população estimada em 61.828 pessoas¹⁰. Situa-se a 246 km da capital São Luís, sua sede fica localizada à margem direita do Rio Preguiças, a 42 km da foz (GRAÇA, 2010), e é considerado o principal portão de entrada da região dos Lençóis Maranhenses. Nesse sentido, os autores Beleza e Pereira (2016, não paginado) expressam que:

¹⁰ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/barreirinhas>>. Acesso em outubro de 2018.

[...] o portal de entrada para o PNLM é representado pelo município de Barreirinhas cuja sede dista 268 km da capital, São Luís. [...] a sede do município de Barreirinhas fica situada na margem direita do Rio Preguiças, a 42 km de sua foz. A maioria da população, mais de 60%, vivem nos interiores representando mais de 200 povoados que se dividem em sítios e fazendas.

Acerca de seus atrativos, Martins (2008, p. 77), descreve que “[...] parte norte do município é tomada pelas dunas e lagoas, no entanto, as características físicas do município indicam a existência de outras atratividades naturais.”. Nesse âmbito, “[...] o rio Preguiças, muito utilizado para a prática da atividade turística, é o principal rio da região dos Lençóis Maranhenses, e a origem de seu nome é atribuída ao fato de suas águas correrem preguiçosamente até a foz” (MARTINS, 2008, p. 66). Desta forma, a autora cita:

A região apresenta a combinação de elementos característicos de áreas litorâneas, com praias, dunas, mangues e sol a maior parte do ano. Essas características são muito propícias para a prática da atividade turística, pois se tornam atrativas principalmente pela diversidade e naturalidade da paisagem. (MARTINS, 2008, p. 66).

Nesse contexto, a cidade de Barreirinhas tem apresentado infraestrutura turística notável, com número crescente de empreendimentos que exercem função relevante na oferta de serviços e contribuem para o crescimento da cidade. Assim, o fenômeno do turismo tem apresentado diversos impactos na cidade e na região, promovendo diversas oportunidades de negócios e a possibilidade de desenvolvimento desta localidade, que é considerada a capital do destino Lençóis.

Entretanto, aquém de toda essa riqueza natural e potencialidade, o município apresenta, ainda, quanto ao fator social, um dos piores índices de Desenvolvimento Humano do país, correspondendo ao valor de 0, 570 na última escala do programa, divulgada em 2010; o que se caracteriza como um baixo índice de desenvolvimento, em que o mesmo ocupa a 4841^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, conforme dados e informações do PNUD, IPEA e FJP¹¹.

Descrevendo, então, acerca do fenômeno turístico na cidade, estudos demonstram que a atividade acentuou-se no município em face de determinadas ações de marketing associada à alta atratividade do PARNA Lençóis e pelo impulsionamento do turismo na região através de programas e ações do setor. Desta forma, discorre Saldanha *et al.* (2017, p. 474):

Quanto a sua inclinação para a atividade turística, esta se revelou no término da década de 90, dado o interesse da então gestão pública estadual, materializada no polêmico Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo - o Plano Maior, de revelar para todo o mundo, o que comercialmente se constituía de um dos “Segredos do Maranhão”, portanto, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, também nela incrustado.

¹¹ Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barreirinhas_ma>. Acesso em: 15 out. 2018.

Nesse aspecto, cita-se também a informação de Martins (2008, p. 62): “O Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo do Estado do Maranhão designou o município de Barreirinhas para portal dos Lençóis Maranhenses como uma estratégia para o desenvolvimento deste polo turístico.”. (MARTINS, 2008, p. 62). Deste modo, tem-se o destaque do Plano Maior na consolidação destas ações de fomento ao turismo na região, conforme se expressa:

Os planos e projetos previstos para a região envolvem as iniciativas pública (União, Estado e município) e privada. Em nível estadual destaca-se o Plano de Desenvolvimento Turístico Integral do Maranhão (Plano Maior) que se propõe a consolidar a atividade turística enquanto indutora de economia. (IBAMA, 2003, p. 82)

Menciona-se, a partir dessa abordagem, que as ações iniciais referentes ao incentivo do turismo na região foram destituídas de um planejamento que permitisse o controle da atividade e sua efetividade com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e à sustentabilidade do destino. Assim, expressa-se:

Qualquer tipo de visitação ao Estado, em especial, aos Lençóis Maranhenses, anterior ao encetamento do Plano Maior, foi realizado alheio a um planejamento turístico e intenso conteúdo de divulgação, portanto, incipiente, dado o desconhecimento e distanciamento desse destino em relação aos grandes centros emissores brasileiros e internacionais.

Em relação também ao crescimento do turismo na cidade e na região, um fato considerado significativo foi a construção da rodovia MA – 402, concluída em 2002. Conforme Graça (2010, p. 321): “A construção da rodovia MA – 402, em 2002, marca o momento em que ocorre o *boom* do turismo em Barreirinhas, como área privilegiada de acesso ao PARNA Lençóis Maranhenses.”. Em seu estudo analítico sobre o turismo na cidade, a autora complementa:

Nesse contexto, instaura-se na vida da cidade, uma sazonalidade própria da atividade turística, em que o tempo passa a ser concebido não mais em relação às estações marcadas pela alternância entre inverno e verão; cria-se uma nova alternância sazonal identificada pelas características de “alta temporada” e “baixa temporada”, determinada pelo maior ou menor fluxo turístico. (GRAÇA, 2010, p. 321).

Nessa perspectiva, os autores Saldanha et al. (2017) também mencionaram a respeito do fato e sua influência para região e para Barreirinhas. Assim, Ramos (2008, apud Saldanha et al, 2017, p. 474) informa que “[...] com a construção da Translitorânea, o trajeto foi encurtado em mais de 100 km e impulsionou, consideravelmente o Turismo na região.”. Os autores também exibem o seguinte relato:

No que tange aos deslocamentos para o destino, até o início do ano de 2002, que antecede a construção da MA-402, a Translitorânea, estrada que interliga a cidade às

rodovias BR 135 e 222, chegar à Barreirinhas por meio do acesso literal por estrada de terra, significava viajar desconfortavelmente e de maneira muito perigosa, visto sobretudo, as travessias rudimentares dos igarapés e riachos, por um tempo aproximado de nove horas, em meio ao calor e a poeira, então inerentes características do caminho.

Quanto a essa situação, Martins (2008) expressa que eram necessárias, em média, de 10 a 12 horas de viagem saindo da capital São Luís até Barreirinhas, situação que ocorreu até o final da década de 90. A viagem acontecia sobre estradas chamadas popularmente de estradas de piçarra, as quais eram feitas de cascalhos de rochas com aspecto vermelho, com o viajante enfrentando calor e poeira. Com a construção da translitorânea, o tempo médio desse percurso diminuiu para 03 horas, configurando, assim, o grande aumento da facilidade de acesso à região. A autora discorre a respeito dessa construção e também de outros fatores, segundo a qual, estimulou o turismo na cidade. Assim, informa:

No caso de Barreirinhas a estrada foi substituída por outra de menor distância: a rodovia “Translitorânea” (MA-402) construída em 2000. E o turismo dali também foi incentivado por esforços estatais de divulgação da região e pela exibição de duas novelas da Rede Globo (“O Clone” em 2000 e “Da Cor do Pecado” em 2003) e de um filme (“Casa de Areia” lançado em 2005) que foram gravados sobre as dunas. (MARTINS, 2008, p. 79).

Outro fator que a autora menciona concernente ao aspecto do fenômeno do turismo em Barreirinhas, foi o aeroporto internacional de São Luís Marechal Cunha Machado. A autora menciona, nesse sentido, que o aeroporto começou a receber voos internacionais em 2004 e assim, “[...] contribuiu para este processo de transformação espacial [...], pois facilitou o acesso de turistas estrangeiros ao município. Por sua paisagem singular, formada pela combinação de dunas e florestas, Barreirinhas tornou-se um foco de atração.”. (MARTINS, 2008, p. 78). Todos esses fatores, portanto, contribuíram para o crescimento do turismo na cidade, promovendo mudanças e impactos no contexto socioambiental do lugar. Referente a isso, Graça (2010, p. 324-325) expõe:

No mundo dos negócios, o mercado turístico em Barreirinhas vem se firmando com potencialidade de crescimento e, portanto, tem atraído pessoas de outras cidades, regiões e países interessadas em investirem em diversos tipos de negócios, que passaram a integrar a cadeia produtiva turística, com destaque para os seguintes setores e serviços: meios de hospedagens, alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes), agenciamento de passeios e receptivo de turistas, transporte turístico (terrestre e náutico), lazer, entretenimento (espaços para shows musicais) e o artesanato. Esse processo deu origem à organização de um *trade* turístico que dinamiza a economia local, com resultado direto na ampliação da oferta de trabalho nos setores secundário e terciário.

A respeito dessas mudanças e impactos que esse crescimento propiciou à cidade, Graça (2010, p. 321) aborda sobre ser “[...] fato inconteste que a era do turismo em

Barreirinhas constitui um marco de intensas mudanças na paisagem urbana e rural, gestando uma ‘nova ordem’ socioespacial.”. Nesse sentido, a autora complementa:

Essa nova ordem engendra, portanto, uma dinâmica peculiar no cotidiano de vida e trabalho de moradores/as da cidade, produzindo mudanças nos padrões de sociabilidade, de consumo, de valores, referências, assim como na reconfiguração do espaço e no uso dos recursos naturais. (*Ibidem*, p. 321)

Continuando essa abordagem, Graça (2010) fala sobre a questão da forte especulação imobiliária que ocorreu como consequência desse crescimento e desenvolvimento turístico. Desta forma, a autora cita: “Nesse contexto, em que novas perspectivas de mercado se abrem a partir do desenvolvimento do turismo no PNLN, o centro das atenções de determinados grupos investidores incidu em terrenos localizados em áreas privilegiadas de Barreirinhas” (GRAÇA, 2010, p.326). Assim, frisa que esse processo teve início, entretanto, antes mesmo da facilidade do acesso a cidade promovida por meio da rodovia MA – 402, porém, “[...] intensificou-se na medida em que o destino turístico passou a ter maior divulgação na mídia local, nacional e internacional.”. (GRAÇA, 2010, p.326).

A autora continua a abordagem informando que “[...] o avanço imobiliário ocorreu, com maior ênfase, em terrenos localizados às margens do Rio Preguiças e nas regiões de praias – Caburé, Atins e Canto do Atins.”. (GRAÇA, 2010, p. 327). Citando, nesse sentido, um fato que denota alerta a respeito da questão da sustentabilidade ambiental do destino, :

Muitos desses terrenos estão localizados em área de preservação permanente e integram a “Zona de Amortecimento”, segundo as especificações contidas no Plano de Manejo do PNLN. Os estabelecimentos que se encontram infringindo a legislação ambiental foram objeto de contendas judiciais no âmbito do Ministério público Federal (entre 2002 a 2004). (GRAÇA, 2010, p. 327).

Neste quadro referente ao fenômeno do turismo na cidade de Barreirinhas, Rodrigues (2013) também aborda a respeito do desenvolvimento da atividade no local e seus efeitos para região e para a cidade. Assim, a autora menciona:

A inserção dos Lençóis nas políticas territoriais empreendidas a partir de sua criação configurou a constituição de uma fronteira econômica e Barreirinhas, portão de entrada do Parque, foi inserida no processo de modernização regional, caracterizada, entre outros, pela instalação dos grandes equipamentos turísticos, como *resorts* e pousadas, bem como dos projetos e programas em níveis nacional, regional e estadual. (RODRIGUES, 2013, p. 82).

De acordo com Rodrigues (2013, p. 82), “[...] a partir desse contexto, o investimento do setor público voltou-se para as políticas de promoção do destino Lençóis e se caracterizou por meio do Programa de Marketing do plano maior, cujo objetivo era criar uma imagem turística do Maranhão e aumentar o fluxo turístico.”. A autora expressa os impactos do turismo na região, informando que a atividade promoveu mudanças positivas em função da

infraestrutura estabelecida, como os equipamentos turísticos e a construção de estradas, e em função das ações de políticas públicas empreendidas no setor, em que nesse caso, correspondeu pragmaticamente a ações de promoção e marketing do destino. Entretanto, a atividade também produziu diversos impactos negativos, que nesse sentido a autora cita como a especulação imobiliária que alterou a dinâmica do Rio Preguiças na cidade, o turismo descontrolado na região, a poluição e a ocupação irregular no território. (RODRIGUES, 2013).

Verifica-se, portanto, que o fenômeno do turismo tem empregado muitas mudanças na cidade. Grande parte disso é observada na paisagem e cotidiano do lugar em que se passou de uma simples e pacata cidade a um local de visitação intensiva, com crescente número de empreendimentos atraídos pela demanda e oportunidade de negócios do lugar.

Segundo dados do Portal Dinâmico do ICMBio¹², a visitação em 2017 ao PARNA dos Lençóis Maranhenses, principal atrativo da região, correspondeu ao número de 89.540 visitantes, cujo número encontra-se dividido em porcentagem por meses, expressando visitação acentuada, em declínio dos demais, no período de janeiro a fevereiro e de junho a setembro, os quais abrangem os meses das férias brasileiras conjuntamente com a época de cheia das lagoas que corresponde aos meses de maio a setembro. Concomitante a isso, acontecem importantes festas populares nesses períodos, a saber, o carnaval e, especialmente, a Vaquejada regional que acontece em Barreirinhas no mês de julho. Nesse sentido, compreende-se a maior pressão ao ambiente do PARNA e da cidade nesses períodos em que ocorreu forte visitação em decadência do restante dos meses do ano.

A partir dessa perspectiva, compreende-se, a importância do desenvolvimento sustentável para a região e para a cidade. Barreirinhas insere-se num cenário de relevância turística, dentro de uma região composta por recursos e paisagens naturais, que compõem sua atratividade, com destaque para o parque dos Lençóis Maranhenses. A cidade localiza-se numa área estratégica de acesso ao PARNA e sua região, e à região da Rota das Emoções e seus demais atrativos. Quanto a isso, encontra-se em fase de construção e adequação uma interessante via de acesso à região, que é a estrada que compõe a Rota, interligando, desta forma, os seus três estados: Maranhão, Piauí e Ceará. A estrada, que parte de Barreirinhas, passando pelos municípios de Paulino Neves e Tutóia, chegando até a cidade de Parnaíba

¹² Disponível em:

<http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

(PI), melhorará consideravelmente o acesso à cidade e, portanto, aumentará o seu fluxo turístico e da região.

Assim, a cidade, que é considerada o principal portão de entrada ao Parna Lençóis e também a cidade capital de sua região, apresenta a necessidade de se desenvolver enquanto local de serviços e de infraestrutura de apoio a uma oferta turística de qualidade, o que se dá a partir de investimentos no setor. Quanto a isso, conforme o sistema de formalização e legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, o CADASTUR¹³, Barreirinhas apresenta o seguinte número de empreendimentos voltados para a oferta turística da região: 67 agências, 43 meios de hospedagem, 04 transportadoras turísticas e 09 empreendimentos do ramo de restaurantes, cafeterias, bares e similares.

Nesse contexto, os empreendimentos hoteleiros da cidade assumem destaque por serem parte básica da oferta turística da região e, portanto, inserem-se nessa proposta de sustentabilidade. Desta forma, a partir da perspectiva socioambiental, é fundamental demonstrar como este conceito se apresenta no contexto desses empreendimentos, uma vez que propicia a geração de valor aos seus serviços, aos produtos e ao turismo da cidade, sendo, portanto, necessário ao desenvolvimento turístico da região.

¹³Pesquisa feita em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/capa/entrar>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

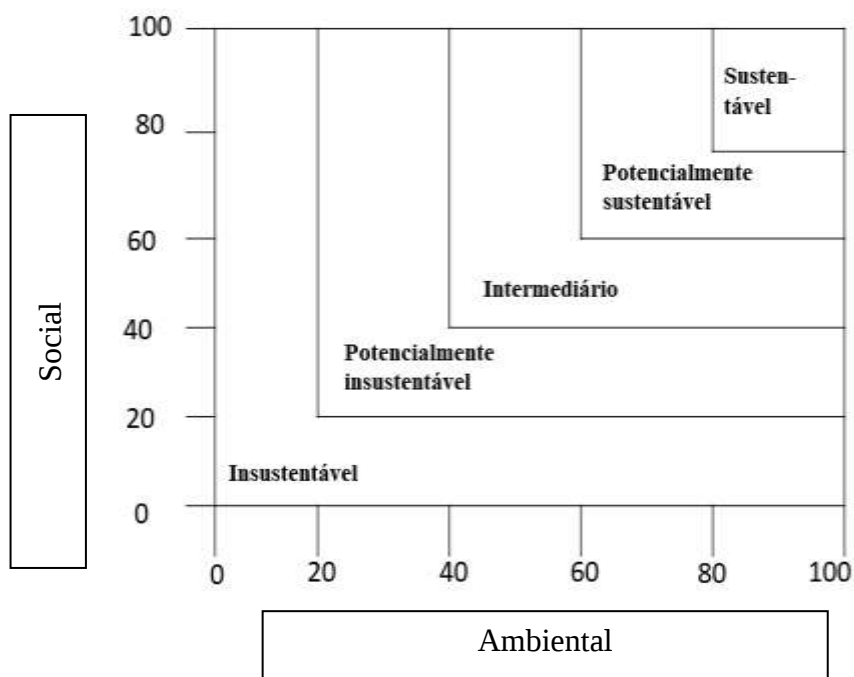
6 A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS DE HOSPEDAGEM NA CIDADE DE BARREIRINHAS

Dado o objetivo de descrever a perspectiva socioambiental dos empreendimentos de hospedagem na cidade de Barreirinhas, buscou-se compreender o nível de sustentabilidade desses empreendimentos utilizando-se, para isso, uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade. Nesse sentido, foi empregado o “Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BST)”, que é um instrumento direcionado para a área de turismo e que foi desenvolvido por KO, em 2005, a partir do Barômetro de Sustentabilidade proposto por Prescott-Allen, em 2000 (CORDEIRO, 2008; SANCHES E SCHMIDT, 2016; SANTOS, S.; SANTOS P.; SEHNEM, 2016).

A ferramenta aborda as perspectivas ambiental e social na mensuração da sustentabilidade, uma vez que a salubridade destes sistemas é que determinará a sustentabilidade como um todo no meio avaliado. Prescott-Allen fala que os valores monetários não são determinantes na mensuração da sustentabilidade, pois estes são consequências dos valores ambientais e sociais. Nessa ótica, compreende-se o pensamento do autor por meio da observação de que o crescimento em números financeiros de uma empresa ou organização não reflete por si só a qualidade do meio ambiente e do bem-estar social, ou seja, não reflete a sustentabilidade por essa perspectiva (KO, 2005, PRESCOTT-ALLEN, 2001 *apud* CORDEIRO, 2008; SANCHES E SCHMIDT, 2016).

Nesta mesma visão, o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo, é aplicado a partir do entendimento de que para a sustentabilidade no turismo, é necessário que as dimensões ambiental e social sejam fortemente sustentáveis, as quais influenciarão as atividades turísticas, sendo, portanto, suficientes para medir a sustentabilidade da atividade (CORDEIRO, 2008; SANCHES E SCHMIDT, 2016).

O BST, então, é constituído pelos sistemas ambiental e social, que representam os índices de bem-estar social e bem-estar ambiental. Estes, por vez, compõem-se de 5 indicadores, os quais possuem o valor de 20 pontos individuais e juntos formam as escalas totais com valores correspondentes de 0 a 100, informando, assim, o nível de sustentabilidade do meio avaliado.

Figura 1 – Barômetro de Sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Cordeiro (2008)

Nesse sentido, a figura apresenta a seguinte leitura quanto à avaliação da sustentabilidade:

Quadro 2 - Escala de performance da sustentabilidade

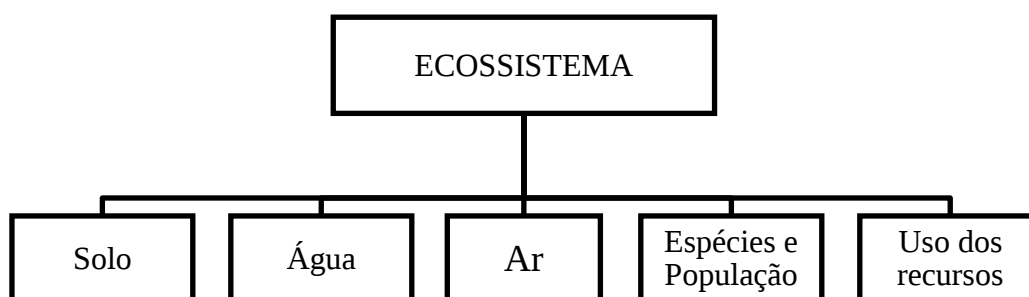
Pontuação	Nível	Conceituação
81 – 100	Sustentável	Performance desejável, objetivo completamente alcançado
61 – 80	Potencialmente sustentável	Performance aceitável, objetivo quase alcançado
41 – 60	Intermediário	Performance neutra
21 – 40	Potencialmente insustentável	Performance indesejável
0 – 20	Insustentável	Performance inaceitável

Fonte: Adaptado de Cordeiro (2008)

6.1 AS DIMENSÕES AMBIENTAL E SOCIAL

Para descrição do contexto socioambiental dos empreendimentos e análise da sustentabilidade, a ferramenta BST aponta como compostos da dimensão ambiental, 05 tópicos que indicam o nível de sustentabilidade da dimensão em questão, que é apresentada como ecossistema, conforme demonstra a figura:

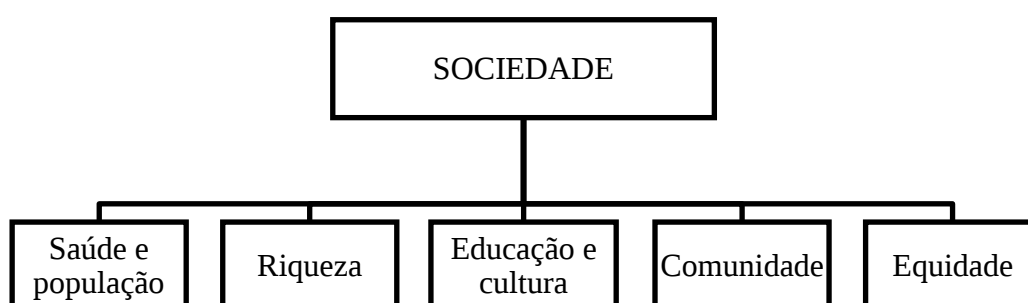
Figura 2 - Dimensão Ambiental do BST



Fonte: (CORDEIRO, 2008; SANCHES E SCHMIDT, 2016)

Na mesma linha de configuração, a dimensão social compõe-se de 5 tópicos que permitem avaliar o nível de bem-estar desta dimensão. Representada pelo domínio sociedade, a perspectiva social articula-se conforme demonstra a figura:

Figura 3 - Dimensão Social do BST



Fonte: (CORDEIRO, 2008; SANCHES & SCHMIDT, 2016)

Cada tópico das dimensões ambiental e social significa um indicador que, integrado ao contexto do empreendimento, complementa a resposta sobre o seu grau de sustentabilidade quanto a esse aspecto. Nesse sentido, estabeleceu-se um conjunto de práticas, ações e programas referentes aos indicadores como base para avaliar a sustentabilidade no contexto dos empreendimentos, conforme descrito na seção “metodologia” do estudo. Esse conjunto de

práticas, ações ou programas corresponderam aos aspectos constituintes de cada indicador a ser mensurado no empreendimento, conforme se observa no quadro seguinte:

Quadro 3 – Indicadores de sustentabilidade do Turismo

Dimensão	Indicadores	Questões
Ambiental	Solo	Coleta seletiva; medidas para reduzir a produção de lixo; Separação e encaminhamento para reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, etc.
	Água	Chuveiros e torneiras com regulagem de pressão e arejadores; Sistema de captação e aproveitamento da água da chuva; Sinalização em áreas comuns do empreendimento com dicas de consumo.
	Ar	Aproveita plantas regionais na decoração do ambiente; incentiva o uso de transportes e ações alternativas.
	Espécies	Apoio a projetos de preservação e cuidado e animais e plantas ameaçados de extinção; Medidas de redução do consumo de papel, etc.
	Utilização de recursos	Temporizadores ou sensores de presença; Televisores com baixo consumo; Ar-condicionado de baixo consumo; Desligamento automático por cartão; Geração de energia elétrica por painéis solares; Aproveita a iluminação e ventilação natural do ambiente, etc.
Social	Sociedade e população	Rampas de acessibilidade; Piso antiderrapante; Apoio a projetos e campanhas contra a exploração infantil; Programas e campanhas de saúde para os colaboradores, etc.
	Riqueza	Busca fornecedores locais; Oferta pratos típicos da região e iguarias feitas por produtores locais, empregos, etc.
	Conhecimento e cultura	Estimula os funcionários a conhecerem os atrativos turísticos que compõem o destino; Cursos de capacitação para a equipe; Incentiva o turista a conhecer a cultura local.
	Comunidade	Utiliza peças de artistas locais na decoração do ambiente; Expõe peças de artesãos da comunidade; Parcerias locais, etc.
	Equidade	Plano de cargos e carreira dos colaboradores; Apoio a campanhas e projetos contra quaisquer discriminações de cor, gênero e condição social, etc.

Fonte: Adaptado de do Sanches & Schmidt (2016); MTUR (2016); SEBRAE (2012).

Para a mensuração dos dados e informações obtidos, utilizou-se, então, a metodologia do BST que possibilitou, ao final, a avaliação da sustentabilidade socioambiental nos empreendimentos. Assim, a avaliação ocorreu da seguinte forma:

Quadro 4 – Metodologia de avaliação dos indicadores

Dimensão	Indicador (peso individual de 20 pontos)	Quantidade de aspectos avaliados	Pontuação de cada aspecto (valor do indicador / nº de aspectos)
Ambiental	Terra	10	2,0
	Água	8	2,5
	Ar	2	10
	Espécies	2	10
	Utilização de Recursos	13	1,5
Social	Sociedade e população	4	5
	Riqueza	4	5
	Conhecimento e cultura	4	5
	Comunidade	4	5
	Equidade	2	10

Fonte: Adaptado de Prescott- Allen (2001) e Ko (2005) *apud* Cordeiro, (2008); Sanches & Schmidt (2016).

Conforme a pontuação dos aspectos, identificou-se a quantidade destes no contexto do empreendimento, relativos a cada indicador. Tais aspectos referiram-se às práticas, ações ou programas, assinalados pelo empreendimento enquanto alternativas das questões apresentadas.

Nesse sentido, a avaliação da sustentabilidade no contexto dos empreendimentos seguiu a seguinte sistemática:

Quadro 5 – Metodologia de avaliação das dimensões ambiental e social

Dimensão	Indicador	Quant. de aspectos encontrados	Pontuação total do indicador
Z	A	X	Y
	B	X	Y
	C	X	Y
	D	X	Y
	E	X	Y
Pontuação total da dimensão			

Fonte: Adaptado de Prescott- Allen (2001) e Ko (2005) *apud* Cordeiro, (2008); Sanches & Schmidt (2016).

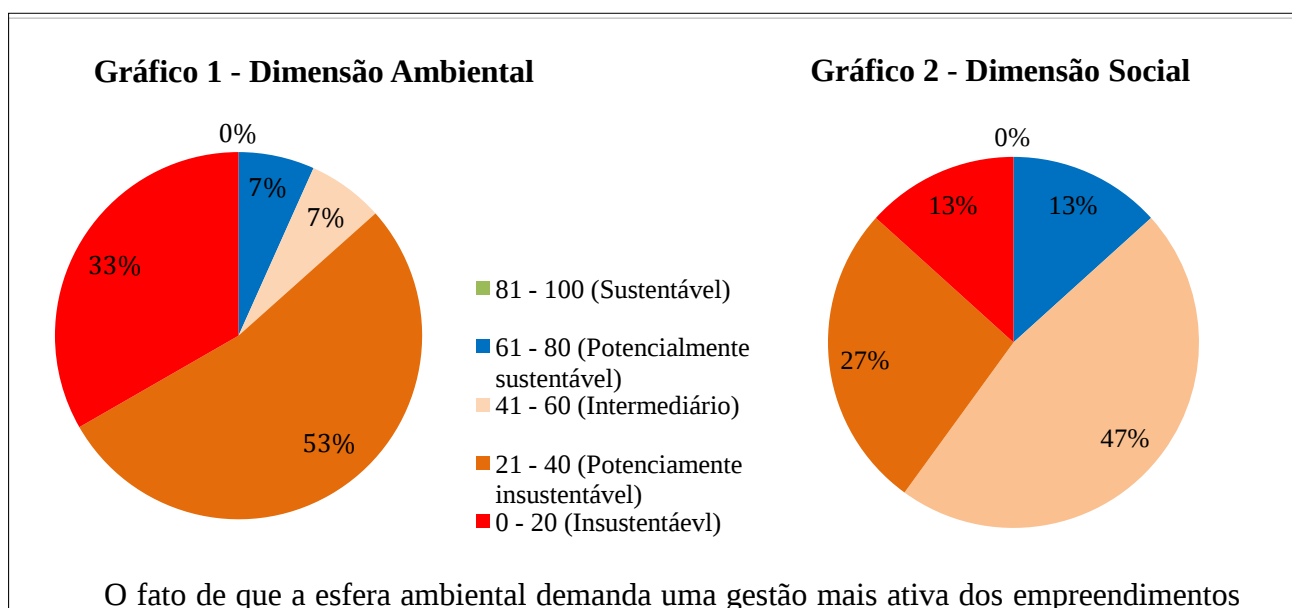
6.2 RESULTADOS

Os aspectos gerais obtidos na coleta dos dados e das informações permitiram demonstrar a seguinte configuração dos empreendimentos:

- 93,3% apresentam entre 3 a 33 quantidades de Unidades Habitacionais – UH's - e 6,7% apresentam a quantidade de 102;
- 100% dos empreendimentos são de categoria independente;
- 95% da quantidade de colaboradores dos empreendimentos totais da pesquisa são de origem de Barreirinhas;
- 10% dos colaboradores barreirinhenses ocupam cargos de gestão ou chefia nos empreendimentos.

Quanto à avaliação e análise da sustentabilidade nos empreendimentos, a pesquisa demonstrou que todos não alcançaram ainda a performance desejável quanto aos aspectos socioambientais. Na avaliação da perspectiva ambiental, a maioria correspondeu à escala de 21 a 40 pontos, que apresenta um nível potencialmente insustentável, já na perspectiva social, a maioria correspondeu à escala de 41 a 60 pontos que apresenta o nível intermediário, ou neutro, de sustentabilidade. O nível mais próximo da sustentabilidade atingido pelos empreendimentos correspondeu à escala de “potencialmente sustentável”, a qual 6,7% dos meios de hospedagem alcançou na dimensão ambiental e 13,3% alcançou na dimensão social.

Os gráficos abaixo apresentam a porcentagem dos empreendimentos, correspondente ao nível de sustentabilidade atingido.



recursos, explica um maior número de aspectos analisados nessa dimensão em comparação com a social e, nesse sentido, a exigência de uma melhor postura sustentável, demonstrada a partir do nível atingido em comparação com a social. Entretanto, essa diferença mostra-se pouca e as duas dimensões apresentam a necessidade de melhor abordagem por parte dos empreendimentos analisados.

Partindo, então, para a demonstração dos indicadores, verificou-se que, concernente à esfera ambiental, os que apresentaram melhor desempenho no contexto dos empreendimentos foram os correspondentes à “água” e ao “uso dos recursos”. Verificou-se a presença deste nos 15 empreendimentos pesquisados e referentes àquele em 10, dos empreendimentos pesquisados.

Nesse termo, os aspectos mais assinalados quanto ao indicador sustentável da água, foram: revisão constante das instalações hidráulicas, em que 60% dos empreendimentos afirmaram desempenhar, e troca dos enxovais das UH's em períodos superiores a 01 dia, em que também 60% dos empreendimentos informaram praticar. Os outros aspectos verificados foram os seguintes: máquinas de lavar com consumo eficiente de água (em 40% dos empreendimentos); descarga de duplo acionamento (20%); torneiras e chuveiros com regulagem de pressão (20%); reuso de água para atividades que não necessitam do uso direto de água potável (33%); e sinalização em áreas do empreendimento referentes ao uso consciente da água (em 27% dos empreendimentos).

Quanto ao uso dos recursos naturais, os aspectos mais observados foram: utilização de lâmpadas fluorescentes, ou de LED, em que 14, ou 93% dos empreendimentos avaliados disseram utilizar, frente ao consumo sustentável da energia; e ar-condicionado e televisores com baixo consumo de energia, em que 60% dos empreendimentos avaliados disseram fazer uso. Os demais aspectos verificados foram: Armazenamento e correta destinação do óleo de cozinha (em 40% dos empreendimentos); temporizadores e sensores de presença (em 27%); desligamento automático por cartão (em 20%); aquecimento de água por placas solares (7%); geração de energia por painéis solares (20%), reutilização de embalagens de vidro, plástico e papel (47%); Aproveitamento da luz e ventilação natural do ambiente (53%); sinalização em áreas do empreendimento para economia energia (20%), e sistema de tratamento de esgoto (em 53% dos empreendimentos).

Neste caso, um aspecto importante a se destacar é sobre o tratamento de efluentes, ou seja, quanto à existência de tratamento de esgoto no empreendimento. Mais da metade dos pesquisados informaram utilizar sistema de tratamento de esgoto por meio da Companhia de

Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Isto representa uma realidade positiva no sentido de minimização e prevenção de danos causados por dejetos lançados de maneira incorreta no ambiente e que podem contaminar rios, lençóis freáticos e mares.

Entretanto, a pesquisa demonstrou que a outra parte dos empreendimentos (47%) ainda não disponibiliza de sistema adequado de tratamento de esgoto, o que exige uma atenção quanto ao problema, uma vez que, em Barreirinhas, a questão assume maior relevância frente ao fator de crescimento urbano da cidade e à importância da natureza da região e de sua atratividade turística, com atenção, nesse sentido, para o Rio Preguiças que compreende uma notável área onde parte da cidade se estrutura.

Nesse contexto, destaca-se uma ocorrência positiva no universo dos empreendimentos hoteleiros da cidade. Um empreendimento de hospedagem sobressai-se quanto à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental ao acentuar a gestão sustentável ao seu negócio. Dentre os aspectos essenciais referentes à perspectiva socioambiental, o empreendimento apresentou uma prática inovadora que é a construção de uma fossa ecológica. Assim, além de ser um exemplo de contribuição para a preservação ambiental do destino, essa prática reduzirá custos e fortalecerá a marca do estabelecimento quanto ao seu posicionamento sustentável na cidade.

Os demais aspectos relativos aos outros indicadores verificados nos empreendimentos são demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 6 – Aspectos dos indicadores de sustentabilidade ambiental

Dimensão ambiental	Ocorrência
Coleta seletiva	47%
Medidas para reduzir a produção de resíduos sólidos	20%
Utilização de refil ao invés de sachês nos banheiros	13%
Reciclagem de resíduos sólidos	13%
Utilização de materiais reciclados na decoração	20%
Redução do consumo de papel	26%
Uniforme de algodão ao invés de nylon	53%
Campanha contra o uso de copos, pratos, canudos e sacolas descartáveis	13%
Utilização de garrafas retornáveis	7%

Quadro 6 – Aspectos dos indicadores de sustentabilidade ambiental (Cont...)	
Aproveita plantas regionais na decoração do ambiente	23%
Apoio a projetos e campanhas para a preservação e cuidado a plantas e animais da região	27%
Incentiva o uso de transporte e ações alternativas como a bicicleta e a carona solidária	20%

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange à esfera social, os indicadores de sustentabilidade que melhor se apresentaram nos empreendimentos de hospedagem em Barreirinhas foram o referente ao conhecimento e cultura, e o referente à comunidade, os quais demonstram-se em 73% e 67%, respectivamente. Quanto ao indicador “conhecimento e cultura”, os principais aspectos demonstrados foram: “incentivo ao turista para conhecer a cultura local”, o qual correspondeu a 67% dos empreendimentos avaliados, e “incentivo aos funcionários para conhecerem os atrativos que compõem o destino” juntamente com “promoção de cursos de capacitação para a equipe”, os quais se demonstraram em 67% dos empreendimentos analisados. O quadro com os demais aspectos verificados no contexto dos empreendimentos apresentou-se da seguinte forma:

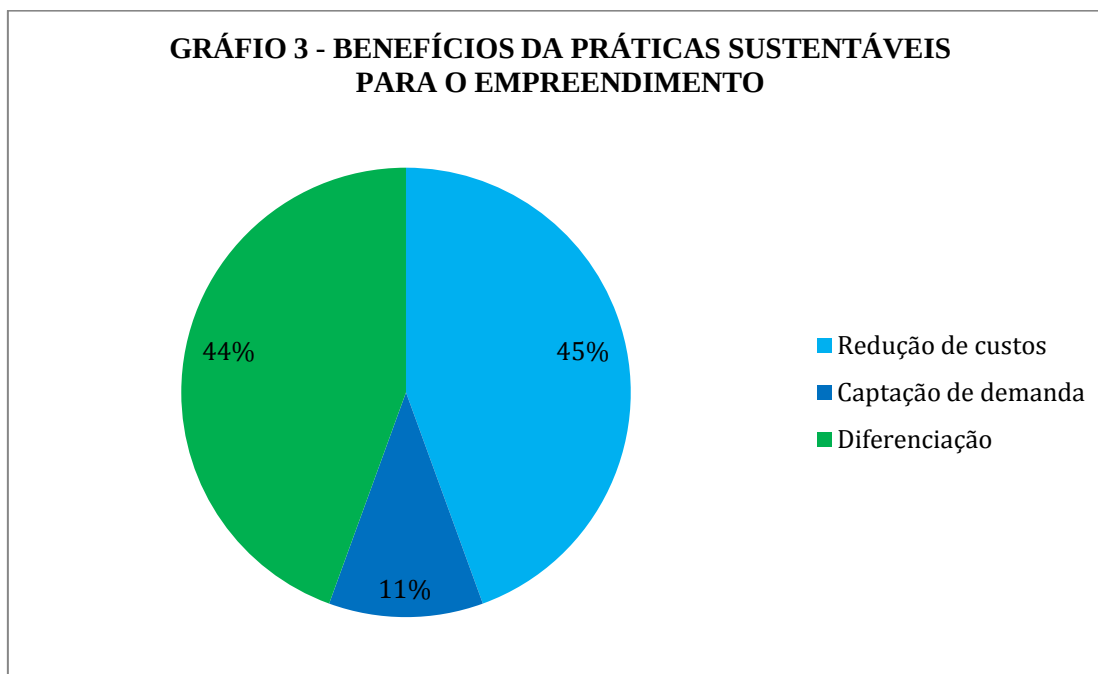
Quadro 7 - Aspectos dos indicadores de sustentabilidade social

Dimensão social	Ocorrência
Acessibilidade	53%
Programas e campanhas de saúde para os colaboradores	33%
Realiza trabalhos de educação ambiental com hóspedes	26%
Busca de fornecedores locais	53%
Oferta pratos típicos da região e iguarias feitas por produtores locais	53%
Apoio a projetos e campanha contra a exploração infantil	7%
Apoio a campanhas e projetos contra quaisquer discriminações de cor, gênero e condição social, etc.	33%
Expõe peças de artesãos da comunidade	73%

Quadro 7 - Aspectos dos indicadores de sustentabilidade social (Cont...)	
Parcerias com associações ou organizações comunitárias locais	13%
Parcerias com escolas locais	20%
Utiliza peças de artistas locais na decoração do ambiente	73%
Plano de cargos e carreira dos colaboradores	27%

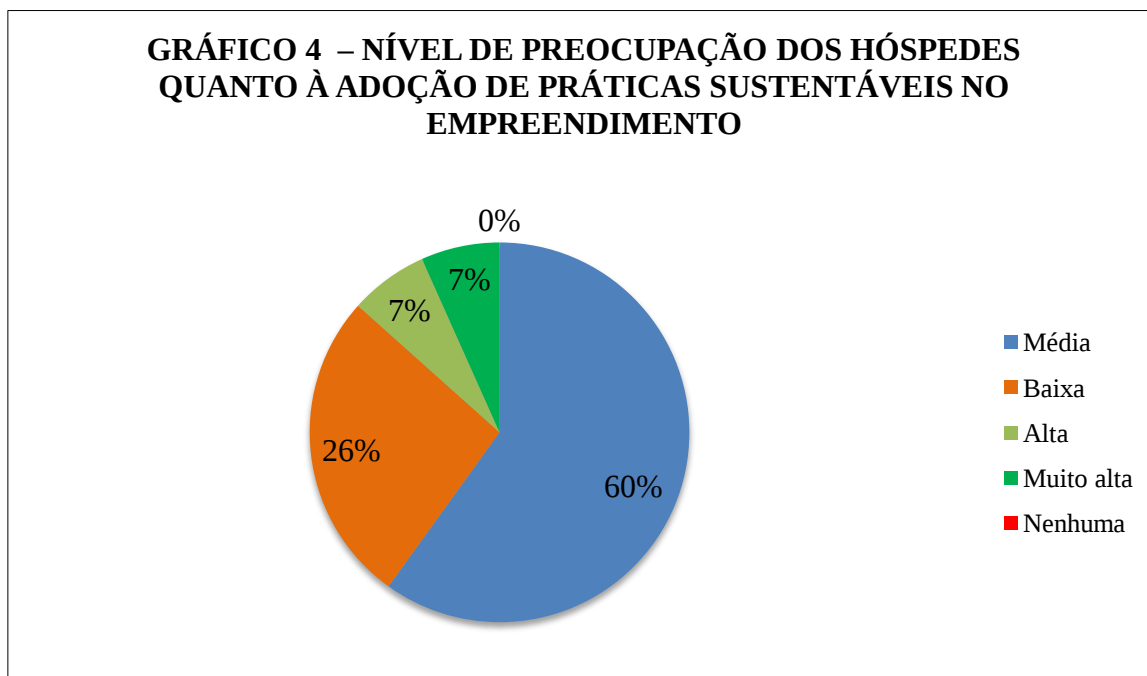
Fonte: Elaborado pela autora.

Quando aos benefícios advindos da adoção de práticas sustentáveis, 60% dos empreendimentos citaram benefícios gerados em função dessa adoção. Nesse âmbito, 45% das respostas apresentaram como benefício o retorno financeiro para o empreendimento, o qual foi citado como redução de custos, inovação e tecnologia, que proporcionam melhor desempenho ao empreendimento; 11% citaram benefícios relacionados à credibilidade da marca por meio do desempenho de uma postura sustentável e que, nesse sentido, possibilita maior atração de clientes; e 44% citaram benefícios relacionados à responsabilidade socioambiental, que contribui para o melhor desenvolvimento da atividade e do destino, promovendo, nesse sentido, reputação e diferenciação à empresa. Desta forma, demonstra o gráfico:



Do ponto de vista dos entrevistados sobre a percepção dos hóspedes quanto à adoção de uma postura sustentável no empreendimento, 60% responderam haver uma preocupação média; 26,7% informaram haver uma preocupação baixa; 6,7% informaram haver uma

preocupação alta; e outros 6,7% informaram haver uma preocupação muito alta do hóspede quanto à adoção de práticas sustentáveis no empreendimento. Quanto a isso, alguns dos questionados responderam que essa preocupação é mais perceptível em hóspedes de origem internacional. Desta forma, demonstra-se o gráfico:



A partir dos resultados, demonstrou-se que a adoção de práticas sustentáveis no empreendimento de hospedagem apresenta uma importância relativa quanto à preocupação dos hóspedes frente à adoção ou não dessas práticas. Ao mesmo tempo em que não se obteve uma demonstração expressiva referente ao nível “alto” ou “muito alto” de preocupação desses clientes, verificou-se, por outro lado, que não houve nenhum posicionamento alheio a essa questão, ou seja, nenhum dos questionados mencionou haver “nenhuma” preocupação desse grupo frente à questão sustentável nos empreendimentos. Juntamente a essa realidade, um dos questionados mencionou o fato de que essa preocupação é mais perceptível em turistas estrangeiros. Portanto, infere-se, a partir da demonstração, que a adoção de práticas sustentáveis no empreendimento influencia em algum nível o cliente, chegando até o nível muito alto de preocupação e que isso representa a existência de uma demanda a ser trabalhada.

Após a demonstração dos benefícios, buscou-se compreender os desafios que os empreendimentos apresentaram frente a adoção de uma postura sustentável. Nesse sentido, 60% dos entrevistados informaram haver alguma dificuldade. Destes, 60% citaram a necessidade de apoio do poder público quanto a atividades e ações importantes de

sustentabilidade e, nesse contexto, citaram com unanimidade, um problema relacionado à coleta seletiva. Os entrevistados afirmaram não haver efetividade da ação de separação de resíduos no empreendimento para a coleta seletiva uma vez que o órgão público responsável por essa coleta não desempenha um tratamento correto desses resíduos. Este fato demonstra, assim, um problema quanto à sustentabilidade do local, pois, a má destinação e má gestão dos resíduos sólidos provocam fortes impactos ao meio ambiente. Portanto, necessita-se desenvolver alternativas na cidade quanto ao tratamento desses resíduos e, nesse sentido, a reutilização, redução e reciclagem tornam-se importantes medidas para a minimização dos impactos que podem ser gerados ao meio ambiente. Assim, embora 47% dos empreendimentos tenham citado desempenhar coleta seletiva, questiona-se a efetividade desta ação frente à falta de apoio do órgão público mencionada pelos entrevistados.

Ainda nessa abordagem, citou-se como desafios na adoção do conceito sustentável no empreendimento: a falta de apoio da comunidade local (em 20% das respostas) e, nesse sentido, citou-se a deficiência na localidade quanto à educação formal e qualificação profissional; práticas prejudiciais ao meio ambiente, como a cultura de incineração; e a falta de uma rede de produtores locais para fornecimento de produtos e alimentos. Concluindo essa questão, 10% responderam sentir dificuldades relacionadas à falta de apoio tanto do poder público quanto do próprio setor privado no destino e 10% mencionaram dificuldades em função da necessidade de melhor organização, ou parceria, dos três poderes: público, civil e privado.

Por meio da abordagem, compreende-se que os empreendimentos sofrem a necessidade de um melhor relacionamento junto aos *stakeholders* e que isso impacta no desempenho social e ambiental do empreendimento, isto é, em sua sustentabilidade. Assim, ações ligadas à atuação do poder público, como coleta seletiva e sistema de tratamento de esgoto impactam diretamente o ambiente do empreendimento e influenciam a sua capacidade sustentável. Também, a qualidade da educação formal e qualificação profissional no local influencia diretamente a perspectiva social do empreendimento ao prestar um serviço de melhor qualidade e sustentável com a contribuição dos colaboradores locais. Cita-se também, nesse sentido, a importância dos fornecedores locais para o empreendimento, como produtores de alimentos e produtos regionais, pois possibilita benefícios como menor custo na aquisição desses produtos, assim como ampliação de sua oferta e valor.

Portanto, dada a avaliação e descrição da perspectiva socioambiental nos meios de hospedagem em Barreirinhas, pôde-se verificar que essa perspectiva é importante para esses empreendimentos, pois tem a capacidade de influenciar aspectos essenciais em sua cadeia de

valor. Neste sentido, os aspectos mencionados corresponderam à redução de custos dos serviços e atividades, diferenciação da marca no mercado a partir de uma postura sustentável e atração de clientes orientados pela preocupação e ética sustentável.

Por outro lado, concomitante à menção de tais benefícios e à adoção de importantes práticas sustentáveis, verificou-se ainda um desempenho incipiente do fator sustentável nesses empreendimentos, relacionado à perspectiva ambiental e social. Dentre os desafios mencionados para desenvolvimento da postura sustentável, os empreendimentos apresentaram, principalmente, aspectos relacionados ao contexto externo da organização, mas que influenciam diretamente em seu desempenho. Assim, demonstra-se a necessidade de maior parceria e relacionamento entre os setores e agentes da atividade turística, compreendendo, neste sentido, os *stakeholders* do empreendimento. Nesse sentido, infere-se que a adoção de ações e práticas socioambientais é importante para a geração de valor nos meios de hospedagem da cidade uma vez que esses aspectos influenciam a cadeia de atividades desses empreendimentos e, portanto, devem ser assimiladas enquanto estratégia.

7 CONCLUSÃO

A partir do estudo, demonstrou-se que a perspectiva socioambiental influencia aspectos importantes nos meios de hospedagem da cidade de Barreirinhas, desta forma, apresentando-se como estratégia de valor para esses empreendimentos, gerando benefícios significativos. Isso ocorre, principalmente, na utilização dos recursos naturais que impactam a diminuição de custos e a eficiência das atividades. Outras formas pelas quais essa geração de valor pode ocorrer constatou-se ser por meio da diferenciação da marca do empreendimento no mercado e da captação de demanda por nichos.

Verificou-se, assim, que as práticas socioambientais promovem valor ao empreendimento por meio dessas formas principais: liderança ou predominância por meios dos custos; diferenciação no mercado; e captação de demandas por nichos. Portanto, dentre as vantagens principais, as empresas que adotam tais práticas têm seus custos reduzidos e fornecem melhores serviços, adquirindo, deste modo, competitividade no mercado; fortalecem sua marca, gerando uma imagem positiva ao estabelecimento e, portanto, diferenciando-se no setor; e podem atrair mais hóspedes ao desenvolverem um perfil que é relevante para clientes que consideram o conceito da sustentabilidade.

Mencionando os aspectos passíveis de melhoria no contexto dos empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas, constatou-se que esses empreendimentos sofrem a necessidade de um melhor relacionamento junto aos *stakeholders*, compreendidos enquanto fornecedores, comunidade e órgãos parceiros, o que impacta no valor dos serviços e na sustentabilidade do turismo na localidade. Quanto a isso, os meios de hospedagem demonstraram-se dependentes da atuação conjunta de órgãos, ou agentes, fundamentais para o desempenho e o desenvolvimento sustentável da atividade turística, dentre os quais se demonstrou de forma significativa, a atuação do setor público.

Também se verificou, a partir da avaliação realizada, que o nível de sustentabilidade ainda não atingiu a performance desejada nos empreendimentos hoteleiros da cidade, nesse sentido, tais estabelecimentos apresentam diversos aspectos passíveis de melhoria. Constatou-se que muitos desses aspectos influenciam diretamente sua competitividade e sustentabilidade e, portanto, demonstram-se necessários para seus serviços, assim como para a atividade turística da região. Assim, compreende-se a importância da perspectiva socioambiental e, portanto, da sustentabilidade para os empreendimentos de hospedagem da cidade, uma vez que se torna necessário para a oferta de seus serviços e consequentemente, para a oferta dos produtos turísticos do destino. Por isso, orienta-se empregar uma atenção

maior a essa perspectiva com o propósito de gerar valor aos empreendimentos e ao desenvolvimento turístico e sustentável da região. Nesse viés, o turismo sustentável apresentar-se-á como um fator de desenvolvimento econômico e social da região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, assim como para a qualidade de seu ambiente e patrimônio natural. Por outro lado, frisa-se iniciativas de destaque na conjuntura desses empreendimentos referentes a um meio de hospedagem que vem desenvolvendo uma gestão de negócio baseada na sustentabilidade e, desta forma, vem apresentado práticas conceituadas como a produção de uma fossa sustentável a qual se identifica como uma ação célebre e que proporcionará benefícios e valor ao empreendimento, além de contribuir para a sustentabilidade do lugar.

Assim, inferiu-se que o turismo em Barreirinhas apresenta a necessidade de se desenvolver enquanto produto sustentável, pois, sabe-se que o turismo enquanto fenômeno não apresenta, necessariamente, um crescimento e desenvolvimento adequado. Então, faz-se necessário que haja a organização da atividade de maneira que se elimine ou se minimize os impactos negativos e se destaque os positivos. Isso se explica pelo fato de que os recursos naturais estabelecem-se como parte indispensável à vida no planeta e à qualquer atividade humana, e na cidade de Barreirinhas, enfatiza-se que o turismo acontece essencialmente em função dos atrativos naturais. Assim, afirma-se a necessidade de se imprimir um posicionamento pautado no desenvolvimento sustentável da atividade a fim de minimizar os impactos de um turismo desordenado, haja vista a história explicar muitas consequências do presente quanto a isso. Portanto, uma postura que alie o desenvolvimento econômico do turismo ao cuidado com o ecossistema natural e o ambiente social torna-se essencial à cidade de Barreirinhas.

Ademais, orienta-se o desenvolvimento de mais estudos relacionados à temática do estudo, assim como relacionados ao campo da pesquisa, pois ainda há muito a se construir e contribuir para o turismo da região e do estado. Assim, quanto mais base de informações e conhecimento houver, melhor será para o progresso de uma sociedade mais sábia e, portanto, mais sustentável, onde o turismo assume destaque enquanto atividade essencial à capacidade e à arte de viver.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, Louise Prado. Desenvolvimento sustentável participativo de turismo arqueológico no Brasil: formação de circuitos e roteiros não convencionais. *In: PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010. 287 p.
- ALFONSO, Louise Prado. Desenvolvimento sustentável participativo de turismo arqueológico no Brasil: formação de circuitos e roteiros não convencionais. **Informes Científicos-Técnicos UNPA**, v. 2, n. 3, p. 120-145, 2014. ISSN 1852-4516 Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5123564.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- ALMEIDA, Isabel Duarte de; ABRANJA, Nuno Alexandre. Turismo e sustentabilidade. **Cogitur, Journal of Tourism Studies**, Lisboa, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/1874>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ALMEIDA, Rodrigo Lessa de *et al.* Hotelaria e turismo sustentável: estudo de caso em uma pousada na cidade de Tiradentes/MG. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 10., 2013, Resende - RJ. **Anais eletrônicos** [...]. Resende - RJ: Associação Educacional Dom Bosco. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/15918643.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. *SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 7., 2010, Resende - RJ. **Anais eletrônicos** [...]. Resende - RJ: Associação Educacional Dom Bosco. 14 p. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento; DANTAS, Marcelo Eduardo. Atrativos geoturísticos, polos turísticos e unidades de conservação. *In: BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento (Org.). Geodiversidade do estado do Maranhão: programa geologia do Brasil: levantamento da geodiversidade*. Teresina: CPRM, 2013. 294 p. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geodiversidade-do-estado-do-maranhao.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.
- BELEZA, Ronaldo Luiz; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Aspectos geo-históricos e econômicos de Barreirinhas, seus povoados e o PNLM (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses), como atrativo turístico. *FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU*, 10, 2016, Paraná. **Anais eletrônicos** [...]. Paraná. Disponível em: <<http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2017/04/4.-ASPECTOS-GEO-HIST%C3%93RICOS-E-ECON%C3%94MICOS-DE-BARREIRINHAS-SEUS-POVOADOS-E-O-PNLM-COMO-ATRATIVO-TUR%C3%8DSTICO.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. MMA, 2009, 67 p.

Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/legislacaoambientalvolume1.pdf>

f Acesso em novembro de 2018.

_____. Decreto nº 86.060, de 2 de junho de 1981. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em:<

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86060-2-junho-1981-435499-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 18. jul. 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRAZTOA. Conheça os vencedores do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade 2018/2019.

Disponível em:<<http://braztoa.com.br/conheca-os-vencedores-do-premio-braztoa-de-sustentabilidade-20182019/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARDOSO, Márcia Lopes; FIGUEIREDO, Marina Dantas de. Práticas de inovações sustentáveis: estudo qualitativo no setor hoteleiro em Fortaleza/CE. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46-59, abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/966>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COELHO, Mariana de Freitas; GONÇALVES, Carlos Alberto; SOUZA, Érika Márcia de. VRIO: Vantagem competitiva sustentável pela organização. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 819-855, set./dez. 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.unifor.br/rca/article/view/3294>>. Acesso em: 15. nov. 2018.

CORDEIRO, Itamar José Dias. Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica. 2008. 15 f. Dissertação – (Mestrado em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível

em:<https://run.unl.pt/bitstream/10362/1921/1/Cordeiro_2008.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Planejamento e expansão do turismo no litoral do Maranhão. **Conexões Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 11, n. 5, p. 54 - 65, dez. 2017.

Disponível em:<<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1290>>. Acesso em: 22 out. 2018.

D' ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso**: Lençóis Maranhenses. Tradução de Carlos H. de Toledo Júnior. Brasília, DF: Edições IBMA, 2002. 180 p.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.

DIAS, Roseane Gomes. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro**: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional Dos Lençóis Maranhenses. 2017. 193 f. Tese – (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em <<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1998/2/ROSEANEDIAS.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2018.

DUDA, João Itácito de Moraes; Araujo, Lindemberg Medeiros de. Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 204-218, dez. 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/846>>. Acesso em: 29 out. 2018.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 667-681, jul./set. 2017. ISSN 1679-3951. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>> Acesso em: 15 set. 2018.

FREITAS, Nathália Roncada de *et al.* As discussões sobre a sustentabilidade na atividade turística: uma análise para o Brasil na ultima década. **El Periplo Sustentable**, [S.l.], n. 27, p. 54-91. 2014. ISSN 1870-9036. Disponível em: <<https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4953>>. Acesso em: 16 set. 2018.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas do turismo**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. 371 p.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>>. Acesso em: 22 set. 2018.

IBAMA. **Plano de manejo dos Lençóis Maranhenses**. Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/planos-de-manejo.html>>. Acesso em: 26 out. 2018.

LIMA, Renata Mayara Moreira. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento**: uma avaliação do programa de regionalização do turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004 – 2014). 2017. 336 f. Tese – (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23754/1/RenataMayaraMoreiraDeLima_TESE.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

MACHADO, Virgílio Miguel Rodrigues. Leis da política nacional de turismo no Brasil: uma perspectiva comparativa de sustentabilidade do outro lado do atlântico. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 12, n. 2, p. 15-32, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/5142/514251929003.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas: cidade portal dos Lençóis Maranhenses**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/dissertacao%20Erica.pdf>> Acesso em out. 2018.

MEDEIROS, Luiz Gustavo (Org.). **Estudo de competitividade de produtos turístico**. Brasília, DF: SEBRAE, 2011. 56 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Competitividade_de_Produtos_Turxsticos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Programa de regionalização do turismo**: diretrizes. Brasília, DF, 2013. 47 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 22 set.2018.

_____. **Plano nacional de turismo 2018 – 2022**: mais emprego e renda para o brasil. Brasília, DF, 2018. 160 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/MTur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 22 set.2018.

_____. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília, DF, 2018. 44 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_-_1%C2%AA_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, DF: Ministério do Turismo. 2010. 170 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MIRANDA, Anderson Lourenço. **Vantagem competitiva em pequenos negócios: perspectivas à luz das capacidades dinâmicas**: caso São Luís. 2017. 203 f. Tese - (Doutorado em Gestão) – Faculdade de Gestão, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL), Lisboa. 2017. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16105/1/anderson_lourenco_oliveira_tese_doutoramento.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a região nordeste do Brasil. **Ver ista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n.1, p. 53-66, jan./abr. 2015. DOI. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150104>. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/27870>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MUNIZ, Gisselly Poliana Santos; FERREIRA, Antonio José de Araújo. **TURISMO E USO DO TERRITÓRIO NO POLO FLORESTA DOS GUARÁS (2000 E 2011). CADERNOS DE PESQUISA – PPG**, Ufma, São Luís, v. 20, nº 2, maio-agosto 2014. Disponível em: <http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/artigo-17> Acesso em: 25 set. 2018.

NEVES, Janine do Rosário Oliveira. **O Papel dos eventos no reforço da atratividade turística de Cabo Verde: (o caso da cidade da praia)**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4454/1/2012.04.017_.pdf> Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, Maria. **A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira: study case - montebelo viseu hotel & spa**. [S. l.: s. n.], 2014. 117 p. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8757/1/2014.04.005_.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques. Modelo Integrado de Sustentabilidade e Competitividade em Meios de Hospedagem [MISCMH]. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 6, n. 4, p. 546-563, out./dez, 2014. ISSN: 2178-906. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2758/pdf_331>. Acesso em: 22 nov. 2018.

OSAKA, Ana Maria da Silva. Unidades de conservação no Brasil: aspectos históricos e conceituais. In: PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010. 287 p.

PEREIRA, Edson Lemos. **Pelos caminhos das águas: um estudo da hidromínia da mesorregião norte maranhense**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1617/2/EdsonPereira.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PORTO, Rafael Barreiros; SANTOS, Patrick Michel Finazzi. A gestão ambiental como fonte de vantagem competitiva sustentável: contribuições da visão baseada em recursos e da teoria institucional. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 152 – 167, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2013v15n35p152>>. Acesso em: 22. nov. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em 22. nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/maranhao>. Acesso em: 22 out. 2018.

REIS, Ana Rita Veríssimo. **A importância do desenvolvimento sustentável do turismo uma experiência didática no 8.º ano de escolaridade**. 2015. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. 251 p. Disponível em:

<<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/22734>>. Acesso em: 22. nov. 2018.

RODRIGUES, Linda Maria. **Os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses**. São Luís: EDUFMA, 2013. 214 p.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 15. ed. Campinas: Papirus, 1997, 2010. 199 p.

SALDANHA, Marcelo Aragão *et al.* Diagnóstico do emprego turístico gerado na cidade de Barreirinhas (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 466-497, mai/jul 2017. Disponível em:

<<https://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/1100/1079>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SANCHES, Fernanda Cristina; SCHMIDT, Carla Maria. Indicadores de sustentabilidade ambiental: uma análise das práticas sustentáveis em empreendimentos de turismo rural. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 89-114, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75249873005.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SANTOS, Gleberson de Santana dos; SANTOS, Andreia Aparecida Pandolfi do; SEHNEM, Simone. Como mensurar a sustentabilidade?: um estudo das principais técnicas e indicadores. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 3 - 48, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/27259>>. Acesso em: 16 out. 2018.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de polo turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, [s.l.], v. 11, n. 2. p. 218 – 241, maio/ago. 2009. ISSN: 1983-7151. DOI: <<http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v11n2.p218-241>>. Disponível em: <<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/issue/view/130>>. Acesso em: 16 out. 2018.

VIDAL, Soraia Maria do S. C. Dunas, lagoas e praias - turismo e sustentabilidade (?) em Natal. **Revista Ponto-e-vírgula**, [São Paulo], n. 7, p. 77-94, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13962>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VIEIRA, Edilana Wasney; FERREIRA, Antônio José de Araújo; SERRA, Danillo José Salazar. Turismo e território: planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável do polo MuniM, Maranhão. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 18, n. 2, p. 100-117, set. 2016. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/305>>. Acesso em: 22 out. 2018.

ZOLNERKEVIC, Igor. Segredos nos Lençóis Maranhenses: alternância perfeita entre ventos e chuvas garante a beleza das dunas e lagoas do parque nacional. **Revista Pesquisa FAFESP**, [s..l], edição 205, p. 65 – 67, mar. 2013. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2013/03/064-067_LencoisMaranhenses_2051.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

APÊNDICE - Questionário de pesquisa**Dados da empresa:**

Pertence a alguma rede hoteleira _____

Número de UH's _____

Número de colaboradores _____

Dados do(a) entrevistado(a):

Formação _____

Ocupação atual na empresa _____

1) Quais são as alternativas adotadas pelo empreendimento para a minimização de impactos ambientais?

- A. Sistema de tratamento de esgoto ()
- B. Desligamento automático por cartão ()
- C. Torneiras e chuveiros com regulação de pressão para consumo eficiente de água ()
- D. Máquinas de lavar com consumo eficiente de água ()
- E. Descarga de duplo acionamento ()
- F. Sistema de captação e aproveitamento de água da chuva ()
- G. Reuso de água para atividades que não necessitem do uso direto de água potável ()
- H. Utilização de sacolas biodegradáveis ()
- I. Temporizadores ou sensores de presença ()
- J. Televisores de baixo consumo ()
- K. Ar-condicionado de baixo consumo ()
- L. Aquecimento de água por placas solares ()
- M. Geração de energia elétrica por painéis solares ()
- N. Energia eólica ()
- O. Lâmpadas fluorescentes ou de LED ()
- P. Embalagem com refil, ao invés de sachês nos banheiros ()
- Q. Materiais reciclados na decoração ()
- R. Uniforme dos colaboradores feito de algodão ()
- S. Outras: _____

2) Quais destas práticas são adotadas no empreendimento?

- A. Troca dos enxovais das UH's em períodos superiores a um dia ()
- B. Sinalização em áreas do empreendimento com dicas para o consumo consciente da água ()
- C. Sinalização de áreas do empreendimento com adesivos ou placas contendo instruções para a economia de energia ()
- D. Coleta seletiva ()

- E. Medidas para reduzir a produção de lixo ()
 - A. Separação e encaminhamento para reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento ()
 - B. Redução do consumo de papel ()
 - C. Revisão constante de instalações hidráulicas ()
 - D. Reutilização de caixas, potes de vidro e embalagens ()
 - E. Utilização de garrafas retornáveis ()
 - F. Armazenamento e correta destinação do óleo de cozinha ()
 - G. Outras: _____
-

- 3) Quais destes programas, ações ou serviços o empreendimento desenvolve ou possui?
- A. Rampas de acessibilidade ()
 - B. Piso antiderrapante ()
 - C. Plano de cargos e carreira dos colaboradores ()
 - D. Apoio a projetos e campanhas para a preservação e cuidado a plantas e animais da região ()
 - E. Apoio a projetos e campanhas contra a emissão de gases poluentes ()
 - F. Apoio a projetos e campanha contra a exploração infantil ()
 - G. Programas e campanhas de saúde para os colaboradores ()
 - H. Busca de fornecedores locais ()
 - I. Oferta pratos típicos da região e iguarias feitas por produtores locais ()
 - J. Cursos de capacitação para a equipe ()
 - K. Realização de trabalho sobre educação ambiental com hóspedes ()
 - L. Utilização de peças de artistas locais na decoração do ambiente ()
 - M. Exposição de peças de artesãos da comunidade ()
 - N. Parcerias com escolas locais ()
 - O. Parcerias com associações ou organizações comunitárias locais ()
 - P. Apoio a campanhas e projetos contra quaisquer discriminações de cor, gênero e condição social, etc. ()
 - Q. Campanha contra o uso de copos, pratos, canudos e sacolas descartáveis ()
 - R. Aproveita a iluminação e ventilação natural do ambiente, abrindo cortinas, portas e janelas ()
 - S. Aproveita plantas regionais na decoração do ambiente ()
 - T. Incentiva o turista a conhecer a cultura local ()
 - U. Incentiva os funcionários a conhecerem os atrativos turísticos que compõem o destino ()
 - V. Incentiva o uso de transporte e ações alternativas como a bicicleta e a carona solidária ()
 - W. Outras: _____
-

- 4) Qual o retorno que o(a) senhor(a) avalia como positivo em função do empreendimento adotar tais práticas/tecnologias?

-
-
- 5) Quais dificuldades que o(a) senhor(a) menciona sobre o empreendimento ao adotar alguma das tecnologias/práticas citadas?

-
-
- 6) Como o(a) senhor(a) avalia a preocupação dos hóspedes pela adoção de práticas sustentáveis no empreendimento?

Nenhuma () Baixa () Média () Alta () Muito alta ()

- 7) Qual o número de colaboradores do empreendimento que são de origem do município de Barreirinhas?

-
- 8) Qual o número de colaboradores do município de Barreirinhas que estão em cargos de gestão ou chefia no empreendimento?
-

Muito obrigada!